

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de Setembro de dois mil e oito.

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, o Sr. Carlos Rocha procedeu à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Augusto Inácio da Fonseca, Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis, o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos e o Sr. Dr. Manuel Fernando Morais Silva Garcia, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n<sup>o</sup> 1 do artigo 46<sup>o</sup>-A da Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Também se encontrava ausente o Sr. António Maria Jorge, Presidente da Junta de Ervedal da Beira, que designou, para seu substituto o Sr. Fernando Marques Fernandes.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha prestou a seguinte informação:

“O Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio da Fonseca enviou um fax ontem no qual solicitava a suspensão do mandato por dez dias, com início a vinte e cinco de Setembro, bem como o preenchimento da sua vaga.

No entanto, queria informar a Assembleia do seguinte: tentámos resolver o problema da substituição do Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio. Os serviços de apoio à Assembleia contactaram o Sr. Eng<sup>o</sup> António Pedro de Oliveira Ribeiro Campos, o Sr. José Manuel da Silva Borges Gonçalves e, por fim, o Sr. Nuno Miguel Oliveira Marques Figueiredo, conforme a ordem da lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal. Por razões várias, nenhum deles tinha disponibilidade para substituir o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Inácio na presente Assembleia. Julgo que, mais tarde, foi colocado o problema ao Sr. Carlos Mendes de não ter havido hipótese

de fazer a substituição. Portanto, teríamos tido todo o prazer em fazer a substituição mas não nos foi possível concretizá-la.”

Terminada a prestação deste esclarecimento, a Mesa colocou à votação a acta da sessão ordinária de vinte e sete de Junho do corrente ano, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos do disposto no n° 5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do n° 2 do artigo 53° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

III – Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana:

a) Apreciação e votação, nos termos do n° 2 do artigo 3° do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, da proposta da Câmara Municipal para a delimitação da “Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital”.

b) Apreciação e votação, nos termos do n° 3 do artigo 5° do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, da proposta da Câmara Municipal para a concessão, pelo período de cinco anos, de isenção de imposto municipal sobre imóveis aos prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital que sejam objecto de obras de reabilitação no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana.

IV – Autorização, nos termos da alínea m) do n° 2 do artigo 53° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a participação do Município de Oliveira do Hospital na Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n° 67/2008, de 10 de Abril, conforme Estatutos da referida entidade, aprovados pela Portaria n° 1037/2008, de 15 de Setembro.

V – Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital:

a) Apreciação e votação, nos termos do artigo 4° do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da

Câmara Municipal para atribuição de Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital ao Sr. Prof. Doutor José Joaquim Dinis Reis.

b) Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal às seguintes individualidades:

- Sr. Dr. Carlos Alberto Rodrigues Lopes
- Sr. José da Costa Gomes
- Sr. Carlos dos Reis Gomes (a título póstumo)

Seguidamente e antes de se entrar no período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Dr. Simões Saraiva tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu ponho à consideração de todos um voto de sentido pesar pelo falecimento do Sr. Coronel Alberto Jorge Garcia Ribeiro do Amaral. Penso que todos tivemos o prazer de contactar com ele. E eu posso acrescentar que, efectivamente, ele foi um autarca de uma grande elegância, de uma grande rectidão e de uma grande capacidade de estar permanentemente atento a todos os problemas, curiosamente, objectivando sempre as suas análises no concelho, o que, muitas vezes, não será fácil para todos.

Queria também acrescentar que, não só foi exemplar nas suas funções de autarca como Vereador – por aquilo que me chegou aos ouvidos, não que eu tivesse assistido – mas como membro desta Assembleia. Foi exactamente um modelo a seguir, pela maneira até como ele sacrificava a sua vida para nunca faltar ou muito raramente não estar presente nas nossas Assembleias. É preciso ver que ele morava em Bragança; que, de Bragança até aqui, são muitos quilómetros e que raramente sentimos a sua falta.

Eu queria acrescentar ainda que ele é um farol a seguir. Que foi, efectivamente, um exemplo de, como um amante da liberdade tudo arrisca, até a própria vida, para restituir a Portugal toda a capacidade de se sentir um País com a dignidade que merece e para que este Portugal que tanto queremos fosse renovado por ele e por um “bando” – no bom sentido – de jovens cheios de capacidade de renovação: os Capitães de Abril, do qual ele fez parte.

Portanto, penso que ele merece um minuto de silêncio, em homenagem à sua ausência, e peço que, à Família, seja transmitido o nosso profundo e sincero voto de sentido pesar.”

Terminada a intervenção do Sr. Dr. Simões Saraiva, foi guardado um minuto de silêncio em memória do Sr. Coronel Alberto Jorge Garcia Ribeiro do Amaral.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha fez a seguinte intervenção:

“Penso que todos os partidos políticos aqui representados receberam uma exposição subscrita por alguns dos Srs. Taxistas da praça de Oliveira do Hospital, nomeadamente o Sr. Victor Alberto Fonseca Amaral, o Sr. Fernando Carlos dos Santos Mota, o Sr. Artur Garcia Damião, o Sr. Manuel Bernardino Pereira e o Sr. Carlos Alberto da Silva Mota, e que diz o seguinte:

“Nós, abaixo assinados, profissionais do Transporte de Passageiros em Veículo Táxi nesta cidade de Oliveira do Hospital, vimos pelo presente pretender que V. Exas. se dignem apreciar, em sede de Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia 26 de Setembro de 2008, o conteúdo da presente missiva que a seguir se expõe:

Não obstante as diversas reclamações e petições apresentadas no Município de Oliveira do Hospital, as quais visavam alertar para a necessidade de ordenar e regulamentar o exercício da actividade de transporte de passageiros em Táxi, até à presente data têm as mesmas sido desatendidas pelo executivo em exercício.

Tal como é do conhecimento de todos os munícipes, a actividade de transporte de passageiros em veiculo Táxi, não obstante o regulamento aprovado pela Assembleia Municipal, tem sido objecto de algum desinteresse e falta de regulamentação efectiva por parte do Município, existindo alguns pontos que se encontram por resolver, dos quais, desde já, se enumeram os seguintes:

1. A existência de apenas uma praça de táxis destinada a todos os táxis de Oliveira do Hospital;
2. A falta de regulamentação da referida praça.

Compreende-se que há 20 anos atrás a praça de táxis actualmente existente, localizada no ponto central da cidade, fosse suficiente para satisfazer as necessidades de todos os munícipes. Porém, tal como V. Exas. certamente reconhecem, as realidades urbanísticas e o desenvolvimento socio-económico actual da cidade alteraram-se profundamente, sendo manifestamente insuficiente a actual praça existente no Largo Ribeiro do Amaral. Com efeito, actualmente, a zona mais comercial e movimentada da cidade localiza-se junto das Ruas Dr. Carlos Campos, Dr. Adelino Amaro da Costa (Hotel), existindo, ainda, o Centro de Saúde e a zona onde é realizada a feira mensal. Ou seja, estas zonas encontram-se desprovidas de qualquer praça de táxis que possibilite a aproximação dos profissionais deste sector daquelas que são, e se fazem sentir, as necessidades de todos os Munícipes.

Na cidade, actualmente, existem sete táxis com regime de estacionamento fixo na Praça Ribeiro Amaral. Atendendo à realidade atrás descrita, torna-se imperiosa, nomeadamente em nome do serviço público prestado pelos profissionais deste sector que garantem a facilidade de mobilidade a um número bastante elevado de munícipes, a criação de novas praças junto desses pontos que poderemos considerar estratégicos devido à grande concentração e solicitações de serviços que, emanando desses pontos, nos são dirigidas.

Assim, e na tentativa de resolver os problemas com que diariamente nos deparamos e de prestar de um serviço cada vez mais eficiente na resposta às solicitações que nos são feitas, de forma a assegurar a realização de um efectivo serviço público mais rápido, acessível e, desta forma, mais em conta a todos os munícipes, vimos por este meio requerer a V. Exa. que leve à referida Assembleia Municipal a apreciação da seguinte proposta:

1. Criação de três novas praças de táxi que serão distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma na Rua Dr. Adelino Amaro da Costa;
- b) Uma segunda na zona do Centro de Saúde;
- c) Uma terceira na zona da feira mensal.

2. A Regulamentação do Funcionamento das Praças;

3. A alteração do Regime de Estacionamento para Regime Condicionado.

Procedendo V. Exas. desta forma, é nossa convicção que as condições de mobilidade dos munícipes irão aumentar significativamente, o que, em última análise, se irá traduzir numa melhoria das condições de vida de todos eles.

Por último, demonstramos, desde já, a nossa inteira disponibilidade para a participação numa eventual comissão destinada a analisar e estruturar as propostas que ora efectuamos.

Desta forma, e convictos da melhor atenção e tratamento que esta missiva irá, por V. Exas., merecer, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos.

Nota: a presente petição foi, igualmente, apresentada junto dos grupos parlamentares do P.S.D., P.S. e P.C.P.”

Depois de terminada a leitura da exposição, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a seguinte intervenção:

“O que eu quero dizer é que a Câmara, sempre que tal tem sido solicitado, tem reunido e conversado com a associação dos taxistas relativamente a esta matéria. Não sei se aqui existe alguma associação de taxistas. Essa é uma petição com cinco assinaturas e nós temos mais de trinta taxistas no concelho.

Portanto, não tenho mais nada a dizer sobre isso.

Esta petição representa o que representa. São ideias de alguns taxistas. Não sei se são ideias de todos. Sabemos – porque todos sabemos – que existem problemas vários entre os taxistas, nomeadamente problemas de relacionamento pessoal que têm gerado, por mais do que uma vez, confusão ao nível da praça de táxis. Já houve situações em que, inclusive, existiram agressões físicas entre taxistas.

A Câmara está disponível para dialogar com os taxistas. Houve uma questão levantada na última reunião da Câmara pelo Sr. Coronel Ribeiro de Almeida e, na ocasião, dei a mesma resposta que aqui estou a dar: a Câmara está disposta a dialogar com os taxistas, no sentido de os sensibilizar para a importância da sua actividade, não só em termos de transporte como também em termos da imagem que podem dar, quer a nível pessoal, do concelho e da cidade.

Além disto, nada mais tenho a referir acerca desta matéria.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que a petição está assinada por cinco taxistas e que são trinta no concelho. Aqui diz que existem sete táxis em regime de estacionamento fixo.

Eu não percebo nada disto. Apareceu agora, li e não tive qualquer tipo de possibilidade de falar com as pessoas, precisamente porque me foi entregue agora.

Aqui diz que, actualmente, existem sete táxis em regime de estacionamento fixo na praça Ribeiro do Amaral. O Sr. Presidente também falou que só cinco é que assinaram. Mas cinco, em sete, já é uma percentagem jeitosa.

Eu também não vejo qualquer tipo de situação em relação aquilo que se tem passado. Efectivamente, há uns tempos também ouvi falar no caso que o Sr. Presidente falou. Mas também é certo que o que aqui está pedido, o que está aqui escrito, também é verdade. Na verdade, o centro da cidade era aquela zona. Não nos podemos esquecer que era onde paravam as camionetas, onde as pessoas saíam das camionetas e apanhavam os táxis para ir para as suas aldeias, para as suas casas. Como também houve uma modificação em termos da paragem dos autocarros. Não sei se não seria de coordenar... Eu sei que é uma questão da Câmara e só estou a lançar ideias para a discussão. Não sei se não será, neste momento, em função dessas alterações, quer a paragem das camionetas, quer da situação actual das obras... Nós, na altura falámos aqui e foi dito pelo Sr. Presidente que se iria tentar que as obras de reabilitação que temos neste momento não viessem a provocar problemas nos próprios comerciantes – neste caso é um serviço – ou uma diminuição da sua actividade. Não sei se isto

não seria de tomar em consideração o mais rapidamente possível, a Câmara fazer a sua observação...

Aqui também refere a regulamentação do funcionamento da praça. Se calhar também está desactualizada. Portanto, se calhar é uma questão de darmos a volta a esta situação. A Câmara poderia, em primeiro lugar, ter alguma atenção sobre isto. Há aqui algumas propostas que não são deslavadas, pelo que devem ser apreciadas no sítio certo, neste caso, a Câmara. E, depois, cá estaremos nós, na Assembleia, para a regulamentação. E, se o Sr. Presidente precisar de ajuda, poderemos prestar apoio na criação das praças novas, que eu acho que são importantes, principalmente por causa da deslocalização das pessoas do centro da cidade.”

Depois de terminada a presente intervenção, o Sr. Dr. Simões Saraiva tomou a palavra:

“Se me permitem, eu atirava para a mesa uma sugestão: é que ouvimos aqui dizer que há um certo conflito entre os interessados. E, dada essa situação de conflito, penso que é um assunto que terá que ser tratado com bastante cuidado. Eu não sei se seria de todo posta de parte a ideia de que este assunto fosse tratado pelo Sr. Presidente da Câmara, convocando todos os taxistas da praça de Oliveira do Hospital, ouvir todos na mesma reunião e ver se, entre eles, eles próprios, poderiam chegar a um consenso e, assim, tínhamos a certeza de que, o que fosse determinado, era do desejo e da vontade de todos os interessados.

Isto é uma sugestão. Agora, aceitam-se mais.”

Em seguida, o Sr. João Abreu fez a seguinte intervenção:

“Independentemente da matéria que estamos a discutir, eu creio, que esta questão é interessante, porque será a primeira vez que os cidadãos se dirigem à assembleia no exercício do seu direito. É um direito de petição, por um lado e o direito de proporem à Assembleia Municipal o agendamento, para discussão, de problemas que eles considerem que são pertinentes e merecedores desta discussão. Saúdo esta iniciativa dos taxistas nesta perspectiva: a democracia tem de se exercer e creio que este gesto é o exercício de cidadania democrática.

Há aqui um “senão”: os peticionários, segundo me parece, não estão presentes, o que dificulta a discussão porque os cidadãos podem intervir na discussão da Assembleia. E, quando são temas propostos por eles, com mais legitimidade o podem fazer e até com mais tempo, segundo a lei diz.

Portanto, eles, não estando, limitam a discussão e saem prejudicados porque mandaram a petição para os representantes dos grupos parlamentares, mas não é a mesma coisa.

Eu creio – e o senhor Presidente da Câmara Municipal já manifestou essa intenção – que aqui só há um caminho: ouvir os taxistas e depois a Câmara Municipal implementar as medidas que considere justas e que sirvam não apenas os interesses dos taxistas mas sobretudo os interesses da população.

Tudo o que foi dito é legítimo. Havendo obras na cidade, etc., podem estudar-se novos sítios e a Câmara Municipal tem de estabelecer regras claras para todos os taxistas.

No outro dia, assisti a uma discussão muito “azedada” entre dois taxistas. Não sei o que esteve na origem da discussão, mas é certo que há aqui falta de regulamentação. Claramente que a regulamentação tem de ser implantada pela Câmara Municipal mas também tem de se ouvir os taxistas e fazer como se faz noutras cidades: há uma ou duas praças onde os carros estão em fila, para não andarem a disputar clientes. Senão, transforma-se num “ringue de boxe” e não numa praça de táxis.

Depois, eu creio que esta questão ainda suscita uma outra questão muito mais vasta: era importantíssimo que a Câmara Municipal pudesse encomendar um estudo sobre a mobilidade do concelho e não apenas da cidade.

Seria interessantíssimo porque a questão dos transportes públicos é fundamental para o desenvolvimento, seja de que concelho for e nós precisávamos de saber exactamente onde vão os autocarros públicos, em que sítios há táxis, em que sítios é que as instituições fazem transportes, etc. Nós necessitávamos de ter esse estudo sobre as condições de mobilidade do concelho. E isto pode ser um pretexto, até porque o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não há apenas taxistas em Oliveira do Hospital, o que é verdade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar um pequeno exemplo de uma coisa que os taxistas pretendem em Oliveira do Hospital: pretendem que o sistema funcione através de fila. Eu já disse isto numa reunião de Câmara: num concelho como o nosso, as pessoas conhecem todos os taxistas e, por isso, cada cliente escolhe o seu táxi. Ainda há dias aconteceu a seguinte situação: estava um cliente dentro de um táxi e outro taxista a mandar sair o cliente de dentro da viatura do colega. E há ainda outros



factores, como o facto de dizerem que há pessoas que não são taxistas e que fazem o transporte de pessoas e que esses transportes são pagos.

Eu pergunto: como é que eu fiscalizo isso? Não sou agente da autoridade nem tenho aqui ninguém que possa fazer esse trabalho. Como é que nós fiscalizamos esta concorrência desleal e ilegal? É muito complicado. Estes são alguns dos problemas enumerados pelos taxistas. E, depois, queixam-se dos próprios colegas. É muito difícil controlar tudo isto.

Queria ainda aproveitar para informar que, no que respeita ao plano de mobilidade, está a ser preparada uma candidatura pela ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto – para a elaboração do Plano de Mobilidade dos municípios que constituem o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul.”

Interveio, depois, o Sr. Carlos Rocha:

“Parece-me que a atitude mais razoável em relação a isto seria aguardarmos pelo resultados das reuniões da Câmara com todos os taxistas, bem como da evolução daquilo que a Câmara acabará por decidir. Concerteza que a Câmara, numa próxima Assembleia Municipal, nos dará notícias.”

Terminadas as intervenções sobre esta questão, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo tomado a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Eu também vou dizer algumas palavras em memória do Coronel Alberto Amaral. Não teria ficado mal – mas enfim – ter-nos sido dada a palavra quando o Sr. Presidente da Assembleia, e bem, há bocadinho propôs um minuto de silêncio. Mas eu vou fazê-lo agora.

O Coronel Alberto Amaral fez parte da lista do Partido Socialista quando me candidatei à Câmara Municipal em mil novecentos e noventa e três. A partir daí, passei logo a conviver com ele, desde logo apreciando a sua craveira cívica, moral e ética. E também a militar. Foi um Militar de Abril.

O Coronel Alberto Amaral era um amigo, era um camarada, sempre solidário e pronto a colaborar em todas as iniciativas de natureza autárquica ou outras que lhe solicitassem. Foi membro desta Assembleia dois mandatos, como também já aqui foi dito, e foi Vereador. Recordo o sacrifício que fazia – o Sr. Presidente da Assembleia Municipal também já o disse há pouco – vindo de Vila Real, sobretudo à sexta à noite, o que não era agradável. Não era agradável por ser à sexta à noite. Podia ser de outra forma, mas é um assunto já demais debatido. Nas intervenções que fez nesta Assembleia, nunca ninguém ouviu um ataque pessoal ou uma referência negativa às qualidades de cada um. Foi sempre um conciliador, não negando nunca mas sempre reafirmando os princípios da

militância do socialista democrático e de interventor activo na Revolução de Abril. Sempre com uma elevação digna de registo, nunca ninguém lhe notou um sentimento menos nobre em relação aos adversários políticos.

Era de educação extrema. De tal modo que, quando foi agraciado por esta Assembleia Municipal – naturalmente sob proposta da Câmara Municipal – agradeceu quase comovido, não esquecendo a distanciação política que sentia dever manter. Era daqueles que acreditava – e deu-nos prova disso – que a coisa mais nobre que existe é ajudar aqueles que nada podem fazer por nós.

Em conclusão: se preciso fosse – que não é – foi o exemplo a seguir por todos nós, em especial por aqueles que defendem o seu ideário político do que deve ser a prática da democracia.

É esta simples homenagem que aqui lhe deixo.

Queria referir-me agora ao que se passou aqui na última Assembleia Municipal e não gostaria que morresse, aqui, a questão do Plano de Desenvolvimento de Oliveira do Hospital porque, a meu ver, é o melhor instrumento de diagnóstico que nós temos nesta autarquia, há muitos anos para cá.

O Plano de Desenvolvimento Municipal é um óptimo programa eleitoral para qualquer partido político. Não é preciso mais criatividade; está lá tudo. Propõe aquilo que nós próprios temos vindo a fazer – embora proponha muito mais – e fá-lo de uma forma objectiva e apolítica e cientificamente sustentada.

Não creio que o Plano de Desenvolvimento Municipal mereça a depreciação que teve aqui na última Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Câmara referiu que precisava de três milhões de euros para prosseguir aquilo que lá se propõe. Eu acho que há muita coisa que pode ser feita e que lá se propõe, no imaterial ou no material, que não precisa de muito dinheiro. Dois ou três exemplos apenas: na cooperação entre os agentes de desenvolvimento, a Câmara pode patrocinar uma coisa que me parece essencial e que é a criação de uma associação comercial e industrial em Oliveira do Hospital. Se nós repararmos, não há ninguém a este nível que represente o concelho junto das várias instâncias nacionais. Com isto não se gasta muito dinheiro. Pode promover os sectores tradicionais, como eu também disse aqui na última Assembleia, aliás, baseado naquilo que este documento diz. Pode ajudar a licenciar e a certificar os agentes económicos.

Penso que a Câmara deve ter, aqui, um comportamento proactivo e não depreciar o documento, para além de já não perder muito mais tempo na questão da definição da vocação do concelho, atendendo ao período que estamos a viver,

uma vez que falta um ano para o fim do período deste mandato. Mas deve-se ter em atenção que um dos pontos fortes desse documento é a definição da vocação do concelho, que tem a ver com o turismo – que hoje vamos aqui falar um pouco mais à frente – mas tem a ver com outras questões, como a reparação das zonas urbanas. Digamos assim: definir o que é que queremos fazer no concelho.

Uma outra coisa que também ali se diz e que me parece que é muito importante é criação do barómetro de monitorização do desenvolvimento de Oliveira do Hospital. Eu acho que, a partir dali, muitas das discussões políticas que nós temos aqui acabariam. Porque nós ficaríamos a saber o que é que temos, para onde é que vamos e o que é que precisamos de fazer.

Portanto, isto tudo são razões – a meu ver – para que se faça algo com aquele instrumento. A criação do Gabinete de Apoio ao Investidor – sei que me estou a repetir em relação à última Assembleia – mas é para ficarmos com uma ideia de que... Ou melhor, eu creio que o dinheiro que se gastou – e já agora não vou perguntar quanto é que se gastou no Plano – deve ser rentabilizado. Já não falo no Gabinete de Apoio ao Investidor – que também lá se propõe – e nas Áreas de Localização Empresarial, que, aí, o Sr. Presidente vai-me dizer que os três milhões não chegam para tudo.

Para finalizar, perguntava de novo se há algum indicador, neste concelho, da evolução demográfica, económica e social da projecção económica esperada para os anos futuros. Se há alguns mini-GOP's, um instrumento de planeamento, se há alguma coisa. É que, se não há, mais sentido ainda faz utilizar aquele instrumento.

Por fim, em relação à questão que se discutiu aqui, dos táxis, fazer alguma crítica em termos de regimento. O documento devia ter sido imediatamente dirigido à Câmara e creio eu que – como disse aqui o João Abreu e bem – o problema levantado aqui tem que ser visto como um problema. E tem que ser visto pela Câmara e tem que ser estudado pela Câmara e trazido aqui. Porque, estarmos aqui todos a falar de cor no princípio de uma Assembleia sem saber as questões concretas...

Outra coisa que não se pode dizer é que há trinta táxis no concelho. Haverá trinta mas deve haver regulamentos. Se não há regulamentos, faça-se um regulamento, peça-lhe ajuda à ANTRAM. Faça-se um regulamento e obrigue-se a cumprir o regulamento. Mesmo que os clientes conheçam alguns taxistas em concreto, isso não pode continuar a acontecer, porque nós não vivemos numa anarquia. Os taxistas também têm que se habituar a cumprir o regulamento. Portanto, a Câmara deve estudar esta questão, deve tentar fazer um regulamento

e, depois, os taxistas têm que o cumprir porque, se não cumprirem, como sabem, há instituições que podem fiscalizar o cumprimento desses regulamentos.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes:

“Antes de mais, iria falar sobre uma reunião a que eu fui, convidado pelo Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez por causa dos boatos do S.A.P., do encerramento do S.A.P.. Fui convidado, como o resto da Comissão, para ir a uma reunião com o Sr. Presidente à A.R.S. e acho que todos nós saímos de lá – como dizia o Sr. Coronel – menos intranquilos porque a posição que estava aí na rua era de que o S.A.P. iria fechar já em Outubro. Foi-nos garantido tudo aquilo que se tinha passado na última reunião, há um ano e qualquer coisa, em Coimbra, no Governo Civil, com o anterior Presidente da A.R.S.: de que, em Oliveira do Hospital, não seria encerrado o serviço nocturno entre as zero e as oito horas, a não ser que houvesse alternativas credíveis. Portanto, mantém-se a mesma posição que foi tomada há um ano e meio. Eu acho que devia dar esta informação. Concerteza que o Sr. Presidente da Câmara e as outras pessoas que também foram irão falar desta situação.

Não me cabia a mim falar sobre duas coisas que vou falar, mas vou deixar só “no ar”.

Em primeiro lugar, em relação às obras da Escola. Como todos nós sabemos, vão ser feitas obras na Escola em Oliveira do Hospital. É pena que não se tenha tido uma visão mais alargada, em termos apenas de obras, em Oliveira do Hospital, nas escolas que já existem. Penso que se devia pensar em termos de um Centro Escolar. Penso que, neste momento, as obras que vão ser feitas vão melhorar algumas coisas mas, efectivamente, vamos continuar com uma escola sem condições para o número de alunos que lá existe. Eu, aqui há três ou quatro anos, falei que talvez fosse altura de, no fundo, se dividir Oliveira do Hospital. Porque nós estamos a concentrar os alunos todos numa escola só. Se calhar, se tivéssemos construído uma escola noutra sítio, noutra lado de Oliveira do Hospital, a divisão desses alunos, em vez de os concentrar num mesmo sítio... Se fosse um centro escolar, tudo bem, algo feito de novo. Aliás, quase todos os concelhos aqui à volta o fizeram e nós não o fizemos e, segundo parece, havia fundos para isso. O problema que eu punha era precisamente o das obras em período escolar. Estará ou não estará acautelado... São miúdos, com sete e oito anos, inquietos, com obras ao lado, com buracos, cordas, pregos, com uma série de situações perigosas. Espero bem que toda essa situação de segurança seja acautelada. Já agora e ainda em relação a estas obras, admiro-me de, a Câmara, preocupada com o amianto, o fibrocimento, levou, em primeiro lugar, a

fazer as obras no Pavilhão, também não se tenha preocupado com o amianto ou fibrocimento que existe nas coberturas da Escola. Portanto, não sei se a verba para a melhoria da Escola daria ou não mas eu acho que também se devia ter contemplado essa situação.

O outro ponto é aquela ideia que passou e que muita gente falou: a FICACOL ou uma FICACOL e o problema da concentração. Eu não estou a dizer, de maneira nenhuma, que aquilo que é feito neste momento não seja positivo mas acho que é uma desconcentração total em termos de desenvolvimento e em termos da mostra do próprio concelho. Eu penso que uma FICACOL, da maneira como aconteceu aqui há uns anos se calhar já estaria ultrapassada. Mas, se calhar, melhorada, melhorava também a imagem deste concelho. E nós, se olharmos para Arganil, para Seia, para Cantanhede, para Nelas... Acho que o concelho era capaz de tirar melhor partido em termos de imagem para o exterior do que as pequenas festas. Eu não estou aqui nem vou perguntar quanto é que custaram os foguetes daqui ou dacolá, não vou chegar a esse pormenor. Mas, se calhar, concentrar, durante alguns dias, aquilo que se fazia, que , no fundo, era o artesanato, era a indústria, era o comércio, era música, era tudo. Penso que se deverá repensar. Eu sei que o Sr. Presidente diz que pensa que a FICACOL, para ele, não tem interesse nenhum; tem mais interesse a festinha e os foguetes. Mas é uma posição. A minha posição, neste caso, acho que é que se devia pensar na concentração de uma coisa, a sério, bem feita, bem organizada, para que o concelho mostrasse o que é, aquilo que tem e aquilo que é capaz de fazer.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Dr. Francisco José Garcia:

“De facto, no que toca à promoção do concelho, a Câmara fica atrás. E fica atrás desde logo das muitas associações que há espalhadas por este nosso concelho – e são muitas e trabalhadoras – que, essas sim, levam o nome de Oliveira e promovem os nossos produtos endógenos, a nossa cultura, as nossas potencialidades em termos de turismo, por esse País fora. A Câmara de Oliveira fez, nos últimos anos, ao que sei, dois folhetos. Dizem que andam por aí mas eu nunca os vi e com muita gente com quem falei também nunca os viram. Mas isso é o que a Câmara faz em termos de promoção do concelho.

Não vos quero roubar muito tempo. Queria só, e a bem da transparência – isto, na política, temos de sê-lo e parecê-lo – questionar o Sr. Presidente em relação a uma coisa que li, em que diz que o Sr. Presidente da Câmara Municipal foi acusado pelo Ministério Público, ou seja, constituído arguido. Diz para aqui mas não é isso que me interessa. O que me interessa aqui e que o Sr. Presidente

da Câmara tem o dever – a bem da transparência – de esclarecer esta Assembleia Municipal e o concelho, é se foi acusado, em primeiro lugar, enquanto cidadão de nome Mário Américo Franco Alves ou se foi acusado enquanto Presidente da Câmara. A segunda questão é, se a acusação é dirigida ao cidadão, se o defensor por ele nomeado vai ser pago ou não. Se for a título particular não temos nada a ver com isso. Mas a ser pago, se vai ser pago com o erário público, com o dinheiro de todos nós, ou se vai ser pago com o dinheiro do cidadão Mário Américo Franco Alves.”

Seguidamente, interveio o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia:

“Só trazia aqui duas questões. Uma delas já o Carlos Mendes se adiantou e tinha a ver com a questão da obras no Centro Escolar ou na Escola do Primeiro Ciclo e, mais uma vez, a questão do amianto e da cobertura da Escola. Porque, efectivamente, estranha-se que numa escola, tanto quanto se saiba, não se vá substituir essa cobertura por outra quando está provado que aquele tipo de material não é exactamente saudável para os humanos. Se isso já se fez no pavilhão municipal porque não fazer-se também na escola primária? Esta é uma questão e eu acho que o Sr. Presidente da Câmara devia ter em atenção isso, tanto mais que o Sr. já foi professor, lidou com alunos e sabe que é gente jovem e que é gente que tem que ser preservada desde pequeninos. Isto é uma questão pública, de saúde pública. De forma que acho que era bom que o Sr. pensasse melhor esta questão.

Outra questão que eu tenho aqui era só que o Sr. fizesse o ponto de situação acerca do Centro de Emergência Social de Travanca de Lagos, nas instalações da antiga escola, onde foram gastos trinta mil contos – tanto quanto eu sei – e há cerca de ano e meio que aquilo está fechado. Pura e simplesmente não está a servir rigorosamente ninguém. Temos o problema, como o Sr. sabe e acho que toda a gente sabe, do Lar de Terceira Idade de Travanca de Lagos que, se calhar, as autoridades devem andar um pouco cegas porque seguramente que aquilo já devia ter fechado há muito tempo por falta de condições. Mas o responsável por aquilo é a Câmara Municipal e eu queria saber quando é que aquele Lar vai ser intervencionado com obras de melhoria e para quando a utilização deste Centro de Emergência Social em Travanca, tanto mais que há idosos que estão a ser levados do Lar de Terceira Idade de Travanca para outros lares do concelho e não só. E eu pergunto se não há algumas condições naquele estabelecimento para que possa, porventura, acolher idosos, ou se podem fazer algumas adaptações para acolher idosos, a fim de que o Lar de Terceira Idade de Travanca seja intervencionado com as obras que são necessárias há muitos anos.

Recordo-me que já quando estive na vereação da Câmara – e já lá vão uma série de anos – se falava na questão do Lar de Terceira Idade de Travanca e na necessidade de intervenção de obras, que já era extrema nessa altura. E ainda hoje estamos como estamos. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara dissesse alguma coisa acerca disto.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Prof. João Dinis:

“Apenas um comentário inicial. Foi dito aqui, há pouco, de que o Plano de Desenvolvimento do Concelho poderia servir de base ao programa eleitoral de todos os partidos. Aqui convém que cada partido fale por si. Convém lembrar que, da parte do PCP, foram feitas várias propostas que não foram tidas em consideração. O facto de outros partidos aproveitarem o Plano de Desenvolvimento Estratégico – se fosse assim “à letra” e eu sei que não é assim – podia ser entendido como uma forma de se aproveitarem do erário público, que pagou a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Oliveira do Hospital. Mas, a parte essencial é que, nisto, cada partido fale por si.

Eu queria levantar um problema de índole social que me preocupa bastante na minha freguesia: o congelamento dos apoios especiais para a melhoria das “moradias” de duas pessoas necessitadas em Vila Franca da Beira. Desde o momento em que eu, como Presidente da Junta e como cidadão, tive conhecimento mais detalhado das situações, já por duas vezes me dirigi à Câmara Municipal a alertar para a extrema necessidade de se acudir a estas situações. De se acudir a estas situações, muito especialmente de uma Senhora, idosa, Docília Conceição da Silva – e eu requero que isto fique inequivocamente em acta – até porque devido ao seu estado muito peculiar de saúde e já a problemas que existem com os vizinhos. Portanto, isto anda há três anos nos serviços municipais. E, um dia destes, temos ali uma desgraça, um desastre ou uma coisa desse tipo e, depois, vamos chorar “lágrimas de crocodilo”. Ora, eu não quero fazer isso.

Os caminhos agrícolas e florestais: este ano pararam as melhorias na freguesia de Vila Franca da Beira. É necessário dar continuidade a estas melhorias, sobretudo às feitas no ano passado. Quando?

O funcionamento da E.T.A.R. de Vila Franca da Beira: a E.T.A.R. que colecta Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa funciona de uma forma não satisfatória, nomeadamente com efluentes sobrecarregados que continuam a ir para a linha de água. A linha de água tem problemas. Em Vila Franca da Beira há duas fossas sépticas do antigo sistema ainda activas e que continuam a causar problemas pelos efluentes que transbordam. Da parte da empresa Águas do

Zêzere e Côa dizem que “só lá para dois mil e onze”. A empresa Águas do Zêzere e Côa continua a dizer que isto é da responsabilidade da Câmara Municipal. Há anos que andamos a conversar sobre este problema. Isto também – passo a expressão – já “cheira mal”. E cheira mesmo! Diz a Câmara que funciona mal por causa das queijarias. Talvez seja. Mas, então, olhamos para o Plano Estratégico Municipal e não está lá, a construção de uma E.T.A.R. colectiva para tratar os efluentes das queijarias. Isto sim era uma questão estratégica do nosso concelho. Não é só falar em Queijo da Serra, em pastores. Aliás, pelo “andar da carruagem” estão condenados à extinção e a curto prazo. Se se quer, de facto, apoiar essa actividade, esta questão da E.T.A.R. específica – que não é fácil tratar estes efluentes mas consegue-se – é necessária. Então, construa-se. Ministério do Ambiente, Governo, Câmara Municipal, etc.

A actual colocação perigosa, muito perigosa, dos rails laterais de protecção da estrada entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha. Na estrada, com a recuperação de que está a ser alvo, o próprio alcatrão alargou e, hoje, os rails de protecção metálicos apresentam-se quase todos eles – há excepções, claro – de cutelo, muitas das vezes já à beirinha do alcatrão. E, por exemplo, aquele à entrada de Lagares, quando se vai de Oliveira do Hospital para Lagares, cá em baixo, ao fundo das bombas de gasolina, está praticamente mesmo... São perigosos. Na minha terra há uma pessoa natural de Lagares da Beira, que reside na minha terra, que está sem uma perna, que foi cortada a meio por um desses rails. Aliás, a Câmara sabe muito bem disso porque o processo está em Tribunal. Foi cortada por um desses rails. Ele saiu fora da estrada e o raile entrou-lhe de cutelo pelo carro dentro e ceifou-lhe uma perna. Portanto, é o que vai acontecer ali. É uma situação... Aliás, creio que a lei já obriga a que se enterrem os rails, etc., etc.

Adega Cooperativa de Nogueira do Cravo: devo começar por dizer que não tenho procuração nem da direcção nem dos sócios. Mas, das notícias que vêm a público e daquilo que se sabe, a situação é muito delicada do ponto de vista da sobrevivência da própria Adega. É evidente, sem entrar agora aqui em especulação se foi da gestão ou se deixou de ser, que o que é um facto é que uma grande parte das adegas cooperativas deste País estão em dificuldades idênticas. E porquê? Porque muita coisa está a ser feita para que isso assim aconteça. É quase que inevitável. As políticas agrícolas, neste caso do vinho e da vinha, levam a que isso aconteça. Há grandes empresas nacionais, grandes grupos, que estão com vinhas plantadas em quase todos os continentes – mas grandes vinhas –, fazem importação de lotes vínicos, que não são fiscalizados. O Governo não



sabe nem quer saber o que é que acontece a esses vinhos. Onde eu trabalho, já informámos, quer o Sr. Primeiro Ministro, quer a A.S.A.E., “vão fiscalizar” mas nós não sabemos se vão. Aliás, a resposta que foi dada é que, de facto, desconhecem o que foi feito às importações desse vinho, com que rótulo são reintroduzidos no mercado, etc. Portanto, hoje, as importações de vinho não carecem nem podem ser sujeitas a limites de quantidade, nem pagam nenhuma taxa aduaneira, etc., etc. Portanto, é um “regabofe” para as grandes empresas. Logo, as adegas cooperativas sofrem aquelas dificuldades. Se aquela adega cooperativa fechar é um rude golpe no nosso município e na economia agrícola dos agricultores produtores de vinho do nosso município. Eu acho que, nisto, a Câmara também não pode “lavar as mãos”, como Pilatos. Isto tem repercussões económicas e sociais a nível do sector agrícola e comercial – vinhos – pelo que a Câmara deve intervir, procurar saber o que se passa, procurar, inclusivamente, alguma forma de evitar a falência e o desaparecimento de uma adega cooperativa com bons vinhos, como tem a de Nogueira do Cravo.

Sobre o funcionamento do Centro de Saúde e do S.A.P. em especial, eu também estive, mais uma vez, neste reunião que decorreu há dias, enquanto representante do PCP na Comissão Autárquica Municipal. Eu não saí nem mais nem menos tranquilo do que tinha entrado ou do que tinha estado no ano passado. De facto, ouvi dizer “nada está decidido”: no ano passado, ouviu-se dizer o mesmo. Que “não será encerrado o S.A.P. sem primeiro ouvir a própria autarquia”: tinha sido dito no ano passado. Que “não será encerrado o S.A.P. nocturno, principalmente ao fim-de-semana, sem que sejam vistas as alternativas credíveis” e que “estamos a estudar a situação”. Tudo isto foi dito no ano passado.

Pronto, poderemos dizer “tudo como dantes, no quartel-general de Abrantes” ou no quartel-general da A.R.S., em Coimbra. Agora, eu fiquei com “a pulga na orelha”. Primeiro: não sou parvo. Depois, ando aqui nisto há muitos anos. E depois, já sou como os macacos, passo a expressão. E aquilo que eu ouvi o ano passado, ouvi este ano: “andamos a estudar as alternativas”. Mas que grandes cábulas! Então, levam dois anos a estudar alternativas que se estudavam em duas semanas? Não, isto quer dizer outra coisa: quer dizer que a decisão está tomada e está é adiada. E está adiado o encerramento apenas porque receiam as consequências políticas. Apenas porque sabem como é que a população se manifestou, sabem como é que as autarquias se manifestaram contra e sabem, inclusivamente, como é que os partidos políticos – acho eu que todos, repito, acho eu que todos – aqui se pronunciaram contra. E é isso a única coisa que os

faz hesitar. Agora, esperemos até às próximas eleições e, consoante os resultados, não se ponha o Município seriamente “a pau” e vá nas conversas de “encanar a perna à rã” e vamos ver o que é que vai acontecer ao S.A.P., às urgências públicas, de serviço público. E ressalvo urgências públicas, de serviço público, do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Aliás, eu ouvi também falar lá e ficou a “pulguinha na orelha” de que “talvez uma consulta aberta entre as vinte e quatro horas e as oito da manhã”. Não sei o que significa a consulta aberta mas sei que tal significa S.A.P. fechado. Abre consulta, mas fecha o S.A.P.. E, qual é a alternativa? A alternativa é melhorar o que temos, não há outra. Centro de Saúde público com serviços públicos. De outra maneira, continua o que está a acontecer: nascem, como cogumelos, no nosso município e nas nossas freguesias, as unidades privadas de saúde, aquelas que querem “comer o bife do lombo” deixando para o serviço público “o osso”. Esta é a política deste Governo.

Aliás, eu quero ver – e nós todos temos que estar muito atentos – o que é que vai acontecer quando abrir, em Arganil, a Unidade Básica de Saúde e, eventualmente, a Unidade Básica das Urgências. Isso vai ter, fatalmente, repercussões no nosso município e aqui neste Centro de Saúde.

E dizer que há outra técnica que este e outros governos já fizeram nos últimos trinta anos e que é muito conhecida: deixar que as coisas se degradem, protelar, deixar que as coisas se degradem e se degradem, até que as populações, um dia, digam que “de facto, mais valia estar fechado”. Aliás, já está a acontecer com o posto avançado de acompanhamento de idosos em Vila Franca da Beira: um médico já não vai e já não foi substituído. Os utentes, os idosos desse médico que deixou de ir e que não foi substituído pelo Ministério da Saúde, vão para o Ervedal acumular-se nos corredores, na extensão de saúde em Oliveira do Hospital. Isto é melhoria? Se calhar há quem diga que isto agora é que vai ser moderno e que vai ser uma forma de melhorar a prestação de serviços às populações, sobretudo aos idosos. Não é. E, aqui, também resta um problema que a Câmara Municipal deve enfrentar, até porque isso já foi discutido noutros âmbitos. Como é que vão ser os transportes daqueles idosos de Vila Franca que, agora, não têm médico e que têm que se deslocar à extensão de Oliveira do Hospital?”

Interveio, depois, o Sr. João Abreu:

“Apenas algumas questões rápidas.

A primeira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, para me congratular pelo início das obras de reabilitação da estrada Meruge /

Lagares da Beira, obra que é muito importante para as duas populações e para todos os que a demandam. Portanto, creio que vai ficar uma obra que vem, necessariamente, melhorar muito a qualidade de vida das pessoas que nela vão circular.

Depois, uma questão que já é recorrente e que é a da poluição dos rios. Já foi levantada várias vezes. Se calhar, vezes demais e com poucas respostas. O problema mantém-se, nomeadamente no Rio Cobral. Eu trazia aqui a questão das E.T.A.R.: eu li num jornal que estavam adjudicadas apenas onze E.T.A.R. e, nessas onze, não constava a de Meruge. A questão que eu quero colocar é se isto tem algum fundamento pois, se tem, é evidente que é algo que me desagrada bastante porque temos problemas gravíssimos. Nós protestamos contra as fábricas de lacticínios da Catraia de São Romão – que são, de facto o principal elemento poluidor do Rio Cobral – mas é óbvio que as nossas fossas sépticas também debitam para o ribeiro. Quando enchem, é para o ribeiro, é para o Rio Cobral que elas debitam. Eu creio que nós, para termos autoridade moral para exigir e obrigar ao cumprimento das leis de protecção ambiental, temos que dar o exemplo, necessariamente.

Depois, não é minha pretensão responder ao Carlos Mendes mas queria fazer um comentário relativamente à FICACOL. Se calhar, justifica-se esta discussão: se deve haver uma FICACOL, uma feira industrial, comercial, etc. Porque nós temos de ser realistas: o que nós tínhamos e o que temos em Seia e noutros concelhos não são propriamente feiras de promoção da actividade industrial, comercial e agrícola dos concelhos. São locais onde se vão expor umas máquinas, uns automóveis, fazem-se uns espectáculos com uns artistas de nomeada, atraem-se uns milhares de pessoas naqueles dias concretos e, depois, passa. Eu creio que devemos fazer a discussão. Também não tenho ideias acabadas sobre o problema. Mas penso que há apostas que são ganhas e, essas sim, creio que devem ser implementadas e que são as iniciativas que promovem os produtos autóctones, os produtos genuínos. E falo, sem nenhuma imodéstia, da Feira da Castanha, da Feira do Queijo e da Feira do Enchido de Meruge. E, provavelmente, haverá outras que poderão ser lançadas. Estou a lembrar-me da Bobadela, de toda aquela monumentalidade, que merece uma iniciativa anual, que traga turistas, que traga estudiosos, que traga gente que não tem, no País, outro património como aquele para estudar, para se regalar em termos de satisfação intelectual. Creio que a aposta deverá ser mais para aí do que fazermos uma festa onde vem um artista nacional, que atrai muita gente mas

que, no fim, pouco fica. Não é isso – penso eu – que nos traz o desenvolvimento.”

Seguiu-se a intervenção do Sr. Luís Almeida:

“Em primeiro lugar, queria apresentar uma moção do nosso grupo parlamentar, para ser colocada à votação:

“Considerando que está em preparação o Orçamento de Estado para 2009;

Considerando que são fortes aspirações do nosso Município a construção de novas instalações para a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e a construção dos IC, Itinerários Complementares, dentro do Concelho;

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõe e reclama ao Governo e aos Partidos Políticos com representação parlamentar que, no âmbito das respectivas funções e competências, façam incluir, de alguma forma, as verbas necessárias para o efeito no próximo Orçamento de Estado para 2009.”

Como “nota de rodapé”, digamos assim, se aprovada, esta moção deverá ser enviada ao Sr. Primeiro Ministro, ao Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e Comunicações, ao Ministro da Ciência e do Ensino Superior, para os Grupos Parlamentares e para a comunicação social.

Na última Assembleia, levantei aqui uma questão que estava na ordem do dia e que estava ligada ao meu sector: que a Davion ia fechar. Tenho aqui que “dar a mão à palmatória” pois não fechou. Ainda bem, para os trabalhadores, para o nosso concelho e para o País.

Tenho a lamentar aquilo que está comunicado na imprensa: que a Cooperativa de Nogueira do Cravo vai fechar. É lamentável, principalmente sendo uma cooperativa e sendo a principal, a nível vitivinícola, do nosso concelho. Esperemos que haja alguém que “ponha mão” nisto, que se veja quais os problemas que tem a cooperativa e se há hipótese de não deixar cair aquela cooperativa, pois é mau para o nosso concelho. Também queria dizer que gostava de ver aqui, por exemplo, o meu Presidente da Junta a pronunciar-se sobre esse aspecto. Eu, quando cheguei aqui pela primeira vez, até pensava que “isto mordida” mas, afinal, não. Nós estamos aqui na Assembleia e parece que é só entre a CDU e o “núcleo duro” do PS. Há aqui muita gente. Se houver mais cabeças pensantes a dar opiniões, pode ser que haja mais entendimento e que se consigam resolver mais e melhor os problemas que temos no nosso concelho.”

Em seguida, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Do ponto de vista legal, isto não tem forma. Mas, enfim. Porque nem é uma proposta, nem é uma moção. E, ou é uma proposta ou uma moção. Mas não vamos perder tempo com isso.

Em relação às estradas... Não vou falar sobre a Escola. Alguém que fale sobre a Escola porque isso é uma questão que, depois, poderemos discutir com tempo.

Em relação às estradas, é evidente que todas as estradas que estão a ser feitas no País – ou quase todas – não têm financiamento directo do Orçamento do Estado. Portanto, nós, ao aprovarmos esta moção, na parte das estradas, estávamos a obrigar o Governo... Deixava de fazer estradas em Oliveira do Hospital que não fossem financiadas pelo Orçamento de Estado. Aliás, é uma das críticas dos partidos – inclusivamente do PCP – é que as estradas são feitas com financiamentos privados e que, depois, os privados cobram mais. Portanto, as estradas não estão a ser feitas com o financiamento do Orçamento Geral do Estado. Logo, esta moção, neste aspecto, não faz sentido porque os privados é que vão pagar noventa e tal por cento das estradas que estão a ser feitas no nosso País. Se eles fazem adiantamento, não faz sentido deixar financiamento para as estradas no Orçamento do ano que vem.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. Luís Almeida, tendo sido aprovada por maioria, com nove votos contra e nove abstenções.

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“No que diz respeito à intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves sobre o Plano de Desenvolvimento de Oliveira do Hospital, dizer que os objectivos estavam bem situados, politicamente estava correcto. Falava na cooperação entre os agentes económicos. Não estou contra nada disso, necessariamente. Só que deduzo que, na última Assembleia, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves deverá ter percebido mal aquilo que eu referi. E, aquilo que eu referi foi que, reconhecendo toda a valia do Plano de Desenvolvimento, disse-lhe “diga-me, Sr. Dr., onde é que eu devo gastar os três milhões e qualquer coisa do QREN que vou ter, tendo em consideração este Plano?” Porque o Plano não é de três milhões; é de trinta e nove milhões novecentos e cinquenta mil euros. E aquilo que nós vamos ter em termos de contratualização no âmbito do QREN são três milhões e duzentos mil euros. E aquilo que eu lhe disse foi “diga-me, Sr. Dr., onde é que eu devo fazer o investimento dos três milhões”. Portanto, sobre esta matéria, penso que estamos esclarecidos e mais não vou dizer em relação a esta questão do desenvolvimento

porque acho que isso já foi devidamente dissecado. É um assunto aqui recorrente mas o Povo diz, e muito bem, que “sem ovos não se fazem omoletas”. Portanto, como “sem ovos não se fazem omoletas” e, por um lado, os membros desta Assembleia pretendem – e muito bem – impostos municipais moderados para não “estrangularmos” ainda mais as famílias, e se nós, a outros níveis, seja através das transferências do Orçamento Geral do Estado, seja através de fundos comunitários, não conseguimos “lá chegar”, temos que viver com aquilo que temos e, dentro daquilo que temos, estabelecer as prioridades.

Relativamente à questão do S.A.P. não me vou sequer pronunciar. Na última reunião de Câmara disse que a política deve ser feita com seriedade, serenidade e sem demagogia. E é isso que eu pretendo fazer enquanto estiver na política. Ser sério, ser sereno e não ser demagogo. E, portanto, não vou falar sobre isso.

Sobre a questão da Escola – que passa a Centro Escolar – eu penso que as pessoas que fizeram as respectivas intervenções se esqueceram de um pormenor: é que, se o projecto que a Câmara apresentou não estivesse dentro do espírito da lei que foi definida pelo Governo relativamente aos Centros Escolares, não tinha sido aprovado pela D.R.E.C., pela Direcção-Geral do Planeamento e, finalmente, assinado um contrato para financiamento da obra. Portanto, a Escola, contrariamente ao que foi dito pelo Sr. Carlos Mendes de que vamos continuar a ter uma escola sem condições, não é verdade. A Escola vai passar a ter todas as outras condições que têm os Centros Escolares. A única coisa que não vai ter é um pavilhão desportivo porque não se justifica, dada a proximidade de outros.

Mas, já agora e porque levantaram a questão do amianto, gostaria de esclarecer as pessoas acerca desta questão, pelo que vou ler uma informação que eu solicitei em devido tempo aos serviços. A pedagogia é importante e eu vou passar a ler:

*“Amianto em chapas de fibrocimento:*

*Relativamente a notícias vindas a público sobre o facto de não se ter contemplado, no projecto de ampliação da Escola EB1/JI de Oliveira do Hospital, a substituição da cobertura da EB1 existente, constituída por placas de fibrocimento (lusalite), na qualidade de autor e coordenador do projecto em questão, cumpre-me informar o seguinte:*

- 1. Previamente à elaboração da proposta de ampliação foi efectuado, no local, um levantamento do estado de conservação do equipamento existente, assim como, das suas necessidades mais prementes.*

2. *Dessa análise, concluiu-se que o equipamento escolar se encontrava em bom estado de conservação, tendo-se constatado inclusive que, durante os meses de Julho e Agosto de 2007, tinham sido efectuadas diversas obras de conservação, pintura e recuperação e que, ao nível da cobertura, as únicas obras tidas como necessárias, após inspecção avalizada de técnicos camarários, se prenderam com a colocação de novas caleiras para recolha das águas pluviais.*
3. *Constatados estes factos e seguindo as últimas práticas, conclusões e directivas nomeadamente de algumas Direcções Regionais de Educação, da Sociedade de Informação do Amianto (SIA) e da Associação das Indústrias de Produtos de Amianto (AIPA) optou-se por não contemplar na empreitada da obra anteriormente referida a substituição das placas de fibrocimento da escola existente.*
4. *Análises efectuadas em 2005, ao ambiente interior e exterior de 20 escolas da região de Lisboa (Escolas Básicas 2/3 de Mafra, Ericeira, Olivais, Monte da Caparica, Loures e Caldas da Rainha, etc...) com coberturas de fibrocimento, encomendadas pela Direcção Geral de Educação de Lisboa ao Laboratório de Controle de Fibras da credenciada empresa SAGIES, tiveram resultados negativos, muito inferiores ao limite legal admitido (0,1 fibras respiráveis por m<sup>3</sup> de ar), provando mais uma vez que este tipo de coberturas não apresenta qualquer tipo de risco para a saúde pública desde que se encontre em bom estado de conservação.*
5. *No passado dia 7 de Maio, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, decorreu a I Jornada do Amianto, dedicada ao tema “Inspecções e Diagnóstico de Amianto em Edifícios e Instalações”. Aguardam-se as publicações deste encontro, no entanto, notícias publicadas na imprensa, nomeadamente de uma técnica representante do Instituto Ricardo Jorge, garantem que a probabilidade de libertação de fibras de amianto a partir de estruturas em fibrocimento é praticamente nula. O subdirector da Escola Nacional de Saúde especificou ainda que, para a ocorrência de doenças relacionadas com o amianto, a exposição a este mineral tem de ser muito elevada, quer em termos de concentração de fibras no ar, quer em termos de tempo de exposição (notícias publicadas no Diário de Noticias de 9 de Maio de 2008 e no site da Sociedade de Informação do Amianto.*
6. *Um estudo comparativo apresentado pelo Prof. D. M. Bernstein, especialista mundial em toxicologia revela que o risco de exposição a fibras de crisótilo tem sido exagerado. Mesmo aumentando 50 vezes o limite de concentração*

de fibras actualmente aceite como seguro, não se observam nem qualquer patologia nem risco de doença relacionada.

7. Consultando o site da AIPA verifica-se num artigo sob o tema “Fibrocimento e a saúde” que o risco de vida apresentado pela exposição ambiental ao amianto é inferior a 1:100 000, 21 900 vezes menor que morrer por fumar, 1 600 vezes menor que morrer por conduzir um automóvel ou cerca de 3 vezes menor que ser atingido por um raio (cf. quadro adjacente).

Morte por raio	3 vezes maior
Cancro por radiação natural	35 " "
Morte por ciclismo	75 " "
Morte por guiar automóvel	1 600 " "
Morte por fumar	21 900 * " "

\* Por outras palavras, para se atingir o mesmo grau de risco provocado por exposição ambiental ao amianto quando se fuma um cigarro por dia, a pessoa teria de viver 70 000 anos

8. Outra prova de que o fibrocimento não tem problemas para a saúde, desde que em bom estado, é o facto de, segundo a Lista Europeia de Resíduos (Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março) o mesmo estar identificado com o código 17 06 05 – Matérias de construção contendo amianto, inserido no capítulo 17 – Resíduos de construção e demolição – podendo como tal ser colocado em aterros para resíduos industriais não-perigosos e o seu transporte ser efectuado por qualquer empresa de recolha de resíduos, desde que respeite o disposto na Directiva comunitária 2003/33/CE, na Portaria n.º 335/97 de 15 de Maio e o Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro).
9. De acrescentar ainda que para se proceder à demolição de uma estrutura de fibrocimento não é necessária uma empresa certificada, sendo apenas necessário cumprir a legislação em vigor (Decreto-lei n.º 266/2007, de 24 de Julho) nomeadamente:
- Elaborar um plano de demolição, com indicação de como se efectuarão os trabalhos, para onde irão os resíduos, quais as pessoas envolvidas e que formação lhes foi dada, a ser submetido para aprovação pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT);
  - Utilizar equipamento de segurança individual adequado e equipamentos específicos para a execução deste tipo de trabalhos.
10. Segundo a legislação em vigor (Decreto-lei n.º 1001/2005 de 23 de Junho,



*em anexo) a demolição de uma estrutura com placas de fibrocimento não é obrigatória, podendo a mesma continuar em serviço até à data da sua destruição ou fim de vida útil.*

11. *Para desmistificar a ideia de que amianto e placas de fibrocimento são a mesma coisa, junto anexa-se Cap. 4 – Materiais que contêm amianto (extraído do Guia publicado pelo Comité de Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho, Comissão Europeia), onde se pode verificar que o amianto só constitui 10 a 15% das placas de fibrocimento e está presente numa variedade infinita de materiais e artigos domésticos existentes nas nossas casas.”*

Tudo isto pode ser comprovado, é só consultar os sites. E penso que, sobre a questão do fibrocimento, estamos todos informados.

Além disso, eu tive o cuidado de dizer, em reunião de Câmara, que a substituição da cobertura do pavilhão não foi por ser de fibrocimento. Foi por questões acústicas e térmicas. Foi isso que eu disse em reunião de Câmara e que aqui reafirmo: a substituição da cobertura no pavilhão deveu-se, fundamentalmente, a estes dois factores, às questões térmicas e às questões acústicas. Nas questões térmicas já se viu o resultado. Nas acústicas, não se viu tanto aquilo que desejávamos mas melhorou significativamente. Portanto, sobre a questão do Centro Escolar – e eu gostava de aqui referir mais uma vez isto – o projecto foi aprovado pela D.R.E.C., pelo Planeamento e só por isso é que obteve financiamento para que possa ser levado a cabo.

E, já agora, gostaria de dizer que não tenham ilusões que as Cartas Educativas, a curto prazo, serão novamente alteradas. Porque aquilo que foi feito ao nível das Cartas, da maioria, está provado que não é o que é necessário. Estão feitas com exagero e, aqui no concelho, dentro de cinco ou seis anos, quem aqui estiver, vai estar a discutir qual a ocupação que há-de dar a esses espaços, a redefinir os territórios escolares porque havemos de ficar reduzimos só aquelas que já temos em funcionamento: Cordinha, Lagares da Beira, Vale do Alva, a da cidade e, eventualmente, Nogueira do Cravo com umas três ou quatro turmas.

Sobre a questão da FICACOL, a resposta que eu ia dar ao Sr. Carlos Mendes, o Sr. João Abreu já a deu. Ia referir a Feira do Porco e do Enchido, a Festa da Castanha, a Feira do Queijo, Enchido e Mel, e outras que, eventualmente, se venham a desenvolver e a realizar, potenciando o concelho através daquilo que ele deve ser potenciado que são os seus produtos endógenos e tudo aquilo que temos de bom aqui.

Sobre a questão do Sr. Dr. Francisco Garcia quero dizer-lhe que, a questões judiciais, respondo no local próprio e aqui não é local para lhe responder, pelo que não lhe vou dar resposta nenhuma, necessariamente.

O Eng<sup>o</sup> Carlos Maia pediu informação sobre o ponto de situação do Centro de Emergência de Travanca de Lagos e falou sobre a situação do Lar. Aquilo que já disse por uma série de vezes é que estamos à espera de ter condições para podermos intervir no Lar. Não posso pegar nos idosos que lá temos e – passo a expressão – “despachá-los” para qualquer lado. Temos de ter condições para tal. Não se tem admitido idosos, precisamente para reduzir o número, para depois poder, eventualmente, deslocá-los para o Centro de Emergência e, então, intervir ao nível do Lar. O projecto do Lar está a ser concluído, porque tínhamos um projecto que tornava aquela instalação... Para cumprir todos os parâmetros que a lei obriga, não teria viabilidade porque ficaria apenas com catorze a dezasseis utentes. Teve que se proceder à alteração do projecto, vai colocar-se mais um piso em cima da parte nova que foi feita no tempo do Sr. Dr. Saraiva, para poder ficar com uma capacidade entre os vinte e seis e os vinte e oito utentes.

O Sr. João Dinis veio falar da questão da E.T.A.R. e da questão das fossas. No que respeita aos caminhos agrícolas e florestais, as máquinas têm andado precisamente na zona norte do concelho. Já estiveram a arranjar um conjunto de caminhos no Ervedal, concretamente na sede da freguesia, Fiais e Póvoa de São Cosme. A bulldozer passou em Vila Franca e está no Seixo a arranjar um conjunto de caminhos. Tem andado uma motoniveladora a acompanhar a bulldozer. Também tem andado um corta-sebes na zona norte do concelho. Portanto, tem-se andado a fazer o trabalho possível, dentro desta área.

Relativamente à questão da E.T.A.R., como disse e muito bem, o problema é resultante dos efluentes das queijarias. E só há duas soluções: ou se corta a possibilidade da descarga dos efluentes das queijarias e poderemos melhorar alguma coisa no funcionamento da E.T.A.R. ou então mantém-se. E a E.T.A.R., apesar de não estar a funcionar a cem por cento, até está a funcionar muito bem – e até tenho um relatório sobre isso. Para o tipo de efluentes que tem e para as concentrações que tem, nomeadamente de CBO, a E.T.A.R. até está a funcionar muito bem, acima das expectativas.

Sobre a questão dos railes, é evidente que na empreitada está previsto proceder à correcção de todas essas situações e, nomeadamente, a colocação das “saías” em determinados locais que possam ser mais perigosos, concretamente para os motociclistas. Está previsto em projecto. É evidente que ainda não

estamos na fase de colocação desses equipamentos porque são colocados na fase final da obra.

No que respeita à Adega Cooperativa de Nogueira do Cravo, é evidente que a Câmara não se imiscui na gestão de coisa privada. E a Adega é coisa privada e os sócios é que mandam na Adega. A Câmara não vai interferir na gestão da Adega. Portanto, os sócios elegem os seus representantes, as pessoas que lá estão têm, naturalmente, a confiança dos associados, estão lá para tentar resolver os problemas e julgo que é isso que têm tentado fazer. A situação, efectivamente, é difícil mas eu confio nas pessoas que lá estão e creio que vão, concerteza, arranjar uma solução para a Adega, provavelmente em conjunto com os próprios credores. Portanto, é uma situação que eu espero que venha a ser resolvida.

Sobre a questão levantada pelo Sr. João Abreu sobre a E.T.A.R. de Meruge, é evidente que este trabalho, por parte das Águas do Zêzere e Côa, está atrasado. Está atrasado e a razão é a mesma porque algumas coisas aqui também não avançam: por falta de capital. Já aqui disse, julgo que uma vez, que a empresa, se fosse privada, em situação normal já estava falida. Tem uma dívida na ordem dos cento e oitenta milhões de euros. Como verificam, é muito difícil ser “pároco” numa “paróquia” daquela natureza. Mas, o que me espanta, não é a questão da dívida. É que eu estive presente numa Assembleia-Geral em que a preocupação também era definir os prémios para a Administração. Essas situações é que me preocupam. E, como não votei a favor da proposta, até me referiram que compreendiam que o fazia por uma questão ideológica, “colando-me” ao PCP! Eu até saí de lá um pouco “incomodado”...

O Sr. Luís Almeida falou aqui da questão da Davion. Eu sempre tive a informação de que a Davion não ia fechar. Parece que havia lá alguns *faits-divers* ao nível do funcionamento mas, de todas as vezes que falei com um dos responsáveis pela administração, nunca me referiu que iria fechar.

Quanto à estrada Lagares da Beira / Meruge ou vice-versa, está em bom ritmo de trabalho. Existiram lá uns problemas relacionados com o piso e que estamos a tentar resolver. Espero que sejam resolúveis a curto prazo para que, tal como está programado, no final do ano a obra esteja concluída.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Queria pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara relativamente a algumas informações que agora nos deu e que têm a ver com a empresa Águas do Zêzere e Côa. Quando o Sr. Presidente referiu o montante da

dívida, eu gostava de saber qual é a percentagem da dívida que resulta de pagamentos em atraso dos municípios. Ou melhor, qual é a composição da dívida?”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“A grande percentagem da dívida é a médio e longo prazo. Dos municípios é a curto prazo. Aliás, já recebemos aqui uma informação porque, como sabe, ao fim de seis meses, se a dívida não for reclamada, prescreve. Portanto, a Administração da empresa informou os municípios que, ao fim de seis meses, vai reclamar a dívida para não correr o risco da dívida dos municípios à empresa prescrever. A dívida dos municípios é uma dívida também considerável. O montante que referi incluía também a dívida a curto prazo.”

A Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro prosseguiu:

“Também queria explicar um pouco porque é que achei importante este esclarecimento. Eu acho que nós, como Povo, para nos desenvolvermos e crescermos, devemos ser objectivos e rigorosos. É a minha perspectiva. Posso estar enganada. Eu não gosto de comentários que são passíveis de demagogia e, depois, haver, inclusivamente, algumas pessoas que os utilizam. Parece que isso cria uma imagem de suspeição que não me parece correcta. Portanto, as dívidas que existem, concretamente nesta empresa, têm várias origens e várias explicações.

E também, já agora, queria dizer uma outra coisa: em relação a essa questão das administrações, os administradores das Águas do Zêzere e Côa são três indigitados pelo Grupo Águas de Portugal – penso eu – e dois pelos municípios, não é Sr. Presidente?”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“São dois administradores não executivos indicados pelos municípios.

Mas eu já começo a ficar um pouco mais satisfeito porque já há uma informação de que, proximamente, vai passar a existir um só administrador executivo. Portanto, já é um grande passo em frente, um grande passo, a meu ver.”

Continuou a Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Pássaro:

“E também sabe que há contratos de gestão, com objectivos e que só se os objectivos forem cumpridos é que vai haver prémios. Sabe isso também?”

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Eu sei isso. Só que um administrador está numa empresa para cumprir os objectivos; senão, não vai para lá.”

Respondeu a Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Pássaro:

“Mas pode cumpri-los ou ultrapassá-los.

Sr. Presidente, eu não vou poder deixar passar uma coisa destas. Isto, para mim, é relativamente pouco relevante, se quer que lhe diga. Agora, as pessoas que estão aqui têm o direito de ser convenientemente informadas, não parcialmente informadas.”

O Sr. Presidente da Câmara referiu:

“E a Sra. Eng<sup>a</sup> fica a saber que a minha posição mantém-se. Eu sou contra prémios de gestão em empresas desta natureza. Sou contra prémios de gestão, claramente. Porque as pessoas estão lá e estão com salários milionários, têm obrigação de fazer o melhor que podem e que sabem pelas empresas. Portanto, eu sou contra os prémios.”

Retorquiu a Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Pássaro:

“O Sr. falou do tema numa forma que parece que isto é a “bandalheira”. E vai-me desculpar mas este estado de coisas há décadas que se mantém no nosso País e eu vejo mudar as forças políticas e, realmente, foi agora... Eu estou há trinta anos ligada à administração pública e conheço-a bem, por dentro e a vários níveis, e há uma coisa que eu quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara e que é o seguinte: no actual Executivo, pela primeira vez houve a coragem, contra a vontade se calhar de muitos, porque estas mordomias beneficiam todos e há gestores públicos das várias áreas partidárias, desde o CDS até ao PCP. Mas, o que acontece de concreto é que este Executivo, este Governo mexeu nessa matéria, com os correspondentes custos. E mexeu no sentido de tornar o sistema mais justo e mais correcto. E precisamente a definição obrigatória dos objectivos e a sua ultrapassagem é que permite a atribuição de prémios. E não é como até aqui em que essa atribuição era um pouco “à americana”, de acordo com aquilo que se tem visto agora nos bancos e noutras instituições que estão a falir, em que há prémios milionários.

É assim: quando falamos nestes assuntos, pessoalmente acho que é importante que sejamos objectivos. E era isso apenas que eu queria salientar.”

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara referiu:

“Eu só queria dizer à Sra. Eng<sup>a</sup> que mais objectividade não pode haver. E dizer-lhe que sou terminantemente contra prémios de gestão para administradores que têm salários milionários e que têm uma série de mordomias para além do seu vencimento. O vencimento já é de mordomia e, depois, ainda têm mais um conjunto de mordomias. Portanto, quero dizer-lhe que sou terminantemente contra prémios de gestão a esse nível. Aliás, fui o que eu disse na Assembleia-Geral: é competência de qualquer pessoa que está na

administração de uma empresa rentabilizá-la ao máximo. Portanto, os objectivos podem ser x, y ou z. mas, se o administrador tem capacidade para atingir o p e o t, deve atingi-los, independentemente de ter um prémio ou não.”

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em dois mil e quatro, foi aqui aprovada a concessão. Eu votei contra. Estamos em dois mil e oito e onde é que está a água? Significa que alguma coisa está a funcionar mal. Significa que o modelo, este modelo, que foi imposto por sucessivos governos, governos do PSD/CDS e do PS, não é o melhor modelo. Quando impuseram este caminho e passaram ao lado, por exemplo, das intermunicipais, que seriam os municípios a gerir. Portanto, não eram cargos de nomeação política através do Governo, ou seja, acabavam-se alguns “jobs for the boys” ou, traduzindo para português, “alguns tachos para a rapaziada e reparigada muito bem pagos”. E eu não confundo aqui a administração pública nisto tudo porque há funcionários públicos e funcionários públicos. Certamente que estes administradores não ganham o salário mínimo nem duas vezes o salário mínimo. Se calhar ganham várias vezes o salário mínimo. Portanto, as mordomias todas que têm são amorais e escandalosas e não há outras palavras. E as populações com dificuldades é que vão acabar por pagar essas mordomias, esses privilégios, esse lauto, esse exagero e esse escândalo, do próprio bolso quando lhes subirem a água como já ameaçam. Antes de cá porem uma gota já estão a falar que vão subir o custo da água que foi aprovado durante a concessão, em dois mil e quatro.

Por exemplo, no Alentejo, as intermunicipais foram impedidas, na prática, chantageando através do Governo e da aprovação ou não de fundos públicos para apoiar esse outro modelo. Isso é também o que está em causa nesta “brincadeira”.

E, da nossa parte, em Vila Franca da Beira, a responsabilidade da E.T.A.R. é de quem? É da Câmara ou da empresa? Eu ainda não consegui perceber. A empresa Águas do Zêzere e Côa diz que é da Câmara Municipal. As fossas sépticas são um problema e prejudicam privados, alguns “desgraçados” que ainda, com grande sacrifício, andam ali a cultivar os terrenos e que agora sofrem com aquela questão ali.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu ainda:

“Eu queria perguntar – para todos poderem fazer o seu juízo – se consideram que um administrador com um rendimento anual de noventa e sete mil duzentos e trinta euros ainda deve ter prémios.”

Em seguida, o Sr. Dr. Francisco Garcia pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“É basicamente para lembrar o Sr. Presidente da Câmara que não explicou a esta Assembleia como é que está a pensar realizar as obras na Escola com as aulas a decorrer. A segunda questão tem a ver ainda, de facto, com o amianto: se o amianto não fosse uma questão tão complexa e tão dúbia, porque é que continua a ser alvo de primeiras páginas de jornais, de norte a sul do País, é alvo de estudos, é alvo de pesquisas, é alvo de fóruns quase diariamente? É porque, de facto, deve haver ali qualquer coisa... Eu não tenho dados técnicos mas deve haver ali qualquer coisa que, pelo menos a nós, nos transcende. E eu também fui habituado a uma coisa: é que, quando alguém dá muitas explicações, muitas justificações e muitas desculpas, alguma coisa deve ter a esconder.

Para terminar, quero lembrá-lo que fiz-lhe duas perguntas às quais não respondeu. Nem à primeira, nem à segunda. Se tem dúvidas se foram duas, pode muito bem ouvir a gravação ou ler a acta daqui a três meses. Mas, relativamente à segunda questão, este órgão aqui é, de facto, político, não é um órgão judicial. Mas eu também não lhe fiz questão nenhuma do foro judicial. A questão que eu lhe coloquei é: sendo que a queixa é contra o cidadão e não contra o Presidente da Câmara, eu questioneei-o sobre se, de facto, o que eu li e que todos nós podemos ler, é verdade ou é mentira. Se, de facto, os honorários do advogado, se ele não cobra ou se cobra, são pagos pela Câmara ou não, pelo erário público ou não. Foi só esta questão. Não é uma questão de se foi acusado, de que é que foi acusado, se não foi, se é arguido, se não é. É, se o arguido é o cidadão, se os honorários vão ser pagos pela avença ou como muito bem o cidadão entende.”

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra:

“A essa pergunta eu volto a dizer que não lhe respondo.

E às outras perguntas vou dizer-lhe que o meu amigo não confunda a árvore com a floresta. Ninguém pôs aqui em causa a perigosidade do amianto. O que estivemos aqui a falar foi da percentagem de amianto em placas de fibrocimento. Mas, pelos vistos, o Sr. não percebeu. E até foi dito aqui que o valor admissível é de zero vírgula um por metro cúbico de ar. E também foi dito que, no contacto que há das pessoas com as placas de fibrocimento, a percentagem de amianto está muito abaixo deste valor. E também foi dito que, mesmo que se aumentasse cinquenta vezes esse valor – passasse de zero vírgula um para zero vírgula cinquenta – não havia qualquer patologia relacionada com o problema do amianto. Foi isso que aqui foi dito e não há aqui justificação nenhuma. E, então, eu até lhe pergunto: porque é que o Governo não retira as

placas de fibrocimento aqui das nossas escolas? E olhe que essas estão muito próximas do termo de vida útil. Sim, as coberturas da Escola Secundária e os passadiços que os miúdos até tocam lá com a cabeça. Porque é que não tiram? E no Centro de Saúde? Porque é que não as tiram? E em Lisboa? Porque é que não as tiram? Porque, naturalmente foi feito o estudo e chegou-se à conclusão que não havia problemas para a saúde pública. Daí manterem-se lá.”

Interveio ainda o Sr. Carlos Mendes:

“Era para referir que ainda falta a resposta à pergunta que eu fiz de como estaria o cuidado com os miúdos na Escola, se estaria salvaguardada a segurança no decurso das obras.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu:

“Também já dei essa resposta em reunião de Câmara. A obra tem um plano de segurança e a Câmara tem um Técnico de Segurança, que vai observar as regras de segurança. Naturalmente que o espaço tem que estar devidamente vedado, não pode haver qualquer hipótese de penetração de crianças dentro do espaço da obra, a forma como o empreiteiro vai levar os materiais não vai mexer com o espaço onde os miúdos vão andar, etc. Essas regras estão todas asseguradas. Naturalmente que haverá uma parte de obra, que é a ligação entre o edifício novo e o que já existe, que terá que ser feita em período de férias, para que não haja lá crianças.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:



Dia	Reunião/Evento
22.JUN	Reunião com Eng. Garcia Mendes – EDP Distribuição
30.JUN	Entrega de Diplomas de RVCC
	Abertura do Ciclo de Conferências da III EXPO Social
02.JUL	Reunião com Dr. Abílio Silva – Instituto de Registos e Notariado – Projecto Casa Pronta
04.JUL	Abertura da I Social' Arte – III EXPO Social
07.JUL	Conselho-Geral Transitório do Agrupamento de Escolas do Vale do Alva
9.JUL	Assembleia-Geral das Águas do Zêzere e Côa
	Apresentação Pública da Semana da Juventude
10.JUL	Assinatura do Acordo de Colaboração das AEC's – Actividades de Enriquecimento Curricular, com Agrupamentos de Escolas do concelho
	Reunião do Conselho de Parceiros da Beira Serra, em Arganil
16.JUL	Reunião na ANMP – Transferência de competências no âmbito da educação
17.JUL	Reunião com Oficial de ligação do CDOS, Eng. Hugo Almeida
31.JUL	Assinatura de Acordo de Colaboração das AEC's – Actividades de Enriquecimento Curricular, com Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira
01.SET	Reunião da ANPIM, na Lousã
10.SET	Conselho-Geral Transitório do Agrupamento de Escolas da Cordinha
14.SET	Assinatura de Contrato-Programa em Nogueira do Cravo
18.SET	Reunião no Agrupamento de Escolas do Vale do Alva
19.SET	Reunião com Dra. Aldina Neves - Directora do Centro de Saúde
22.SET	Reunião com Presidente da ARS, em Coimbra
24.SET	Reunião com empresa SINERGIA E – PDM – Avaliação de Impacto Ambiental
	Reunião de Direcção e Assembleia-Geral da ADESA, em Penacova
25.SET	Sessão de Divulgação « Políticas de Cidade », em Oliveira do Hospital

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

PROJECTO	PONTO DE SITUAÇÃO
Modernização Administrativa - Reengenharia e Desmaterialização de Processos	A candidatura apresentada ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – do PO Centro (Mais Centro - QREN) foi indeferida devido a insuficiente dotação financeira para abranger este projecto, depois de hierarquizadas as diversas candidaturas.
Frentes Ribeirinhas e Parques Verdes Urbanos	A candidatura, apresentada conjuntamente com outros municípios, ao "Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional" (PROVERE - QREN) foi indeferida devido a insuficiente dotação financeira para abranger este projecto, depois de hierarquizadas as diversas candidaturas.
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local (Formação)	Foi comunicada pela Autoridade de Gestão do POPH - Programa Operacional Potencial Humano - (QREN) a intenção de indeferimento da candidatura devido a insuficiente dotação financeira para abranger este projecto, depois de hierarquizadas as diversas candidaturas. Foi apresentada contestação, aguardando-se a decisão final.

Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento	Foi apresentada candidatura, liderada pela ADIBER e conjuntamente com outros parceiros, para a "Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento" no âmbito do PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural. Aguarda-se decisão.
Adaptação da Antiga Escola Primária de Penalva de Alva para Sede da Junta de Freguesia e Biblioteca	Foi apresentada candidatura a uma bolsa de projectos para absorver eventuais recursos disponíveis do QCA III. Aguarda-se decisão.

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para fazer a seguinte intervenção:

“Hoje em dia, a administração pública é aberta e transparente. Eu, entre o ano de mil novecentos e noventa e oito e o ano de dois mil e cinco, fui Sub-Director Geral do Tesouro. Nessa altura, havia três escalões de fixação de remuneração dos gestores públicos: escalão 1, 2 e 3. Essa fixação era feita pelo Ministro da Tutela e pelo Ministro das Finanças. Essa legislação vinha do princípio dos anos oitenta e já nessa altura eram fixados os prémios, as remunerações, etc.

Portanto, o discurso do Sr. Presidente da Câmara é demagógico porque por um lado, nunca o ouvi falar nesta matéria nos anos noventa (tudo isto já vem dessa altura) e por outro lado, não é bem assim como se diz. E a Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce não chegou lá. Nós sabemos... Eu posso dar-lhe um nome: Eng.<sup>o</sup> Ferreira de Oliveira. Que, se não tivesse sido bem pago, não estava cá em Portugal. Portanto, também há que se ter estes aspectos em consideração, sem pôr em causa que o Sr. Presidente da Câmara terá uma parte da razão. Tem razão, mas não a têm da forma como diz porque é evidente que, pagando no estrangeiro a esses gestores públicos o dobro ou o triplo daquilo que ganham cá, eles iam-se todos embora.

Nós todos, temos que ter noção que o Sr. Presidente da Câmara tem razão, mas não da forma que o faz.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dizer o seguinte:

“Eu, sem pretender contraditar o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, tenho de lhe dizer que ainda há muito pouco tempo, num programa televisivo, sobre os vencimentos de gestores e a comparação de vencimentos dos gestores portugueses com os dos alemães, dos ingleses e de outros países, verificou-se que os portugueses eram os mais bem pagos da Europa.

Sendo nós, destes países todos, o país com menores recursos financeiros disponíveis, como é que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves acha que se deve sentir

qualquer português que veja e que analise estas coisas nesta perspectiva? Como eu vi e ouvi esse programa, muitos outros viram e ouviram também. Esta é a realidade.

O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, diz que eu nunca falei... Bom, eu estou a participar enquanto responsável da Câmara Municipal – pela primeira vez – numa empresa pública em que a Câmara é accionista e que os vencimentos são desta grandeza. Se isto tivesse acontecido anteriormente, porventura, diria o mesmo.

Não quero de forma alguma entrar em polémica, mas esta é uma realidade e como lhe digo, esse programa foi emitido este ano e não há muito tempo.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II – Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado seguinte informação:

“Feito o levantamento das receitas obtidas e comparando com igual período do ano de dois mil e sete, verificou-se que a trinta e um de Agosto, temos uma redução de receita na ordem dos dezoito mil euros.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação a isto, os números que temos aqui, são iguais para o ano de dois mil e sete e dois mil e oito. A pergunta que queria fazer, era precisamente, se houve alguma diminuição em relação ao mesmo período do ano passado, mas o Sr. Presidente da Câmara já respondeu.

Acho que estes números estão mais ou menos dentro da filosofia que esta Câmara Municipal, ao longo destes anos todos, tem feito: não andar nem muito longe do mínimo nem muito longe do máximo, para não penalizar muito os munícipes.

A redução deve-se ao facto das taxas serem menores às do ano anterior, mas também podia ser por a maior parte dos edifícios não terem sido reavaliados.

Já que estamos a falar de benefícios para os munícipes, eu, só deixava uma referência que na minha opinião é importante: dedução à colecta de IRS para dois mil e oito.

Vários municípios reduziram substancialmente os benefícios fiscais em termos de IRS, como é o exemplo de Gouveia que reduziu em 2,5 % de IRS, Mortágua que reduziu 2,5%, Almeida que reduziu 3% e Manteigas que reduziu 5%.

Já que estamos numa zona a que costumo chamar uma zona de divisão entre o mar e a serra, estamos numa zona que é uma zona de charneira entre o Litoral e o Interior, sendo penalizados com algumas coisas que todos nós, aqui, criticamos, quer pelo Estado, quer pela forma como se chega a Oliveira, como se trabalha em Oliveira, as dificuldades...se não seria de a Câmara Municipal utilizar essa prerrogativa de diminuição da taxa de IRS.

Claro que isto passa sempre por uma questão de política da Câmara Municipal, uma questão de uma política de apoio e benefício ao município.

Fica aqui a ideia e a reflexão perante toda a Assembleia e, acima de tudo, a entidade que tem capacidade para isso, que é o nosso Município.

Há muitos exemplos de municípios que adoptaram esta prerrogativa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para fazer a seguinte intervenção:

“Eu digo, desde já, que não tenho nada contra a taxa proposta pela Câmara Municipal e vou votar a favor, mas quero fazer duas referências.

Uma das referências tem haver com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, até porque nos foi enviado o parecer sobre esta mesma matéria. De facto, a Associação Nacional de Municípios tem feito uma campanha sobre isto – a meu ver – de uma forma demagógica. Por um lado, mistura o IRS, o IRC e o IVA com apoios sociais (passe escolar) para defender os argumentos que lhe interessam e diz que, se o Estado aumenta vinte por cento na receita do IRC, do IRS e do IVA, não faz sentido pedir às Câmaras que diminuam o IMI.

Ora bem, toda a gente sabe que o aumento das receitas que se tem conseguido em termos nacionais tem sido à custa daqueles que não pagavam. Portanto, não faz sentido comparar aquilo que não é comparável.

Por outro lado, a descida que é proposta, é uma descida de uma décima no leque da variação. Uma décima essa, no máximo, que não é sequer utilizada por nós e tenho a impressão que é utilizada por muito poucos municípios.

Isto para vermos em que medida é que os argumentos desse documento que nos foi enviado, é profundamente demagógico e – a meu ver – perigoso, na medida em que faz política como Associação, que não deve ser correia de transmissão de nenhum partido. Não há dúvida nenhuma que o documento

chega a todos os elementos autárquicos. Não é verdade que o Estado queira utilizar as verbas dos autarcas em termos nacionais, que é o que eles aqui afirmam.

O que está aqui em causa é que o Estado pretende diminuir o valor máximo da variação do leque. Isto era a primeira questão que eu queria referir porque, por vezes, somos induzidos em erro. Esta é uma questão relativamente técnica e por vezes somos induzidos em erro se não soubermos estas questões.

Em relação à nossa taxa, é preciso ver que nós, em dois mil e quatro aumentámos a cobrança do IMI em 18,1%; em dois mil e cinco aumentámos 12,9% e em dois mil e seis aumentámos 13,6%. Eu estranho, e vamos ver no fim do ano, sinceramente espero que a cobrança não diminua, mas não acredito que uma diminuição de 0,5%... Mas, mesmo que a taxa seja 5%, como é que possível se nos anos anteriores houve um aumento de dois dígitos (12%, 18% e 13%), trazer uma diminuição da cobrança? Estamos a falar de uma taxa que é directa em que as pessoas não podem fugir. Ou deixaram de pagar ou há aqui qualquer coisa que não está bem. Mas isso é uma questão que vamos aferir no fim do ano porque uma diminuição de 5% comparada com anos anteriores não pode dar esse valor, que é uma cobrança inferior.

De qualquer forma, veremos isso no próximo ano. A ser assim, o Sr. Presidente da Câmara tem razão quando fundamenta este valor com a diminuição da cobrança. A não ser assim, acho que era melhor ficar-se pelo segundo argumento quando diz que são os investimentos que o justificam e não a diminuição da receita. Eu, continuo a dizer que não acredito que, no fim do ano, a cobrança seja inferior à dos anos anteriores.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para dizer o seguinte:

“Queria só referir que nós em dois mil e sete, a trinta e um de Agosto, tínhamos arrecadados 929.688,71 euros e este ano tínhamos arrecadados 918.665,79 euros, uma diferença de cerca de onze mil euros.

Mas, o que está em causa... E na justificação não dizemos que a receita vai reduzir no final do ano. Estamos a dizer que, a trinta e um de Agosto, efectivamente, havia uma redução de receita.

Quanto à questão do IRS: primeiro, eu entendo que, se deve haver benefícios de IRS, não devemos estar a colocar ónus dessa natureza nas autarquias; o Governo é que deve assumir. O Governo deve assumir de igual forma para todo o território em termos do interior. Se pretende, efectivamente, ter políticas discricionárias positivas, deve assumir.

Segunda questão. Por exemplo: para Penalva do Castelo abdicar do IRS significa abdicar de cinquenta mil euros e em Manteigas, abdicar do IRS corresponde a um valor ainda inferior a esse. Pode abdicar. Ou seja, é uma receita que não tem qualquer peso em termos financeiros no seu orçamento.

Em Oliveira do Hospital abdicar de 5% significa abdicar de cerca de quatrocentos mil euros.

Portanto, é preciso termos noção e fazer comparações quando falamos em reduções de IRS.

Relativamente ao IMI, para além da manutenção das taxas, hoje temos aqui outra questão para discutir sobre IMI, que pode ser importante para já nesta fase ao nível da sede de concelho, mas amanhã até pode vir a ser importante ao nível das sedes de freguesia, nomeadamente, daquelas que tenham centros históricos.”

Seguidamente, não havendo mais intervenções sobre este ponto, foi posta à votação a proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana:

a) Apreciação e votação, nos termos do nº 2 do artigo 3º do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, da proposta da Câmara Municipal para a delimitação da “Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital”.

b) Apreciação e votação, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, da proposta da Câmara Municipal para a concessão, pelo período de cinco anos, de isenção de imposto municipal sobre imóveis aos prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital que sejam objecto de obras de reabilitação no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana.

Sobre este assunto, começou por intervir o Sr. Carlos Rocha para dar a seguinte informação:

“Há um ponto que não vem na convocatória, que resulta do parecer que a Câmara nos mandou sobre a acta número vinte e dois, de dois mil e oito, que diz o seguinte: “proponho que na revisão actualmente em curso do Regulamento de liquidação e cobrança das taxas e tarifas pela concessão de

prestação de serviços a submeter à Assembleia Municipal seja incluída uma norma autorizadora da concessão da isenção do pagamento das taxas e licenciamento das obras de reabilitação realizadas no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana nos imóveis localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para dar a seguinte informação:

“O que eu pretendia dizer é que, como sabem, naquela zona da rua de baixo, na Rua da Padaria, etc., há um conjunto de imóveis altamente degradados. Com a candidatura que nós vamos apresentar ao Pólis XXI e que terá de ser apresentada até ao final do mês de Outubro, entendemos que estar a mexer e a requalificar os arruamentos, os largos, sem que haja ou possa haver, pelo menos, um acompanhamento da requalificação dos edifícios, não faz muito sentido.

Portanto, havia esta possibilidade que estava descrita na Lei do Orçamento Geral do Estado e nós entendemos deitar mão a esta situação para poder de alguma forma criar alguma motivação nos proprietários no sentido de requalificarem os seus edifícios. Isto possibilita aos particulares a requalificação dos seus edifícios havendo a possibilidade de ter isenção de IMI durante cinco anos, com possibilidade de uma prorrogação até oito anos.

Têm ainda a possibilidade de, em vez de pagarem 20% de IVA, pagarem apenas 5% sobre o valor da facturação. Há ainda outros benefícios ao nível da aplicação de fundos imobiliários, etc., em que também podem ter redução no IRC.

Uma vez que vamos ter que aprovar um novo regulamento de taxas e licenças, entendemos propor à Assembleia que, nessa nova tabela que vos iremos apresentar e que está a ser trabalhada, possa haver uma norma que possibilite a isenção de taxas e licenças no caso de requalificação destes edifícios, na área que vos é proposta para aprovação ao nível do Centro Histórico de Oliveira do Hospital.

Há, um outro aspecto, por aquilo que ouvi aqui ontem aos nossos palestrantes – onde esteve também o Dr. Mendes Batista que é Adjunto do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território – e que é o facto da nossa candidatura ao Polis poder também vir a beneficiar com estas medidas. Esta medida vai contribuir para que haja uma valorização da candidatura, porque eles entendem a política das cidades ligada a factores não só de ordem cultural e social, mas também de desenvolvimento económico.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha, para colocar a seguinte questão:

“No ponto três, diz o seguinte: *proponho que, na revisão actualmente em curso do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão de Prestação de Serviços, a submeter à Assembleia Municipal, seja incluída uma norma autorizadora da concessão de isenção...*

A minha pergunta é esta: se isto é para vigorar a partir de agora, não faz sentido – eu acho que deve vigorar e concordo plenamente com esta intenção – não ser incluída no actual Regulamento.”

O Sr. Presidente da Câmara prestou o seguinte esclarecimento:

“Não é isso. A inclusão será feita pela Câmara. A questão é muito simples: nós podíamos ter trazido aqui a norma, a Assembleia ter dito que não fazia sentido e termos que recuar no documento. Assim, se a Assembleia tiver este entendimento, nós vamos incluir a norma; se não for sensível a esta proposta, não a vamos incluir.”

Seguiu-se a intervenção do Sr. João Abreu:

“Gostaria de dizer que fiquei preocupado com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria. Por uma razão: é que o Sr. Adjunto do Secretário de Estado convenceu-o com a cenoura. No meu entendimento, o Governo quer criar estímulos à fixação nos centros históricos – e aí estamos de acordo – mas quer fazê-lo à custa da diminuição do rendimento das autarquias. Porque quem aplica a isenção é o município, que vai deixar de receber uma verba, como a que estamos a discutir, sem outro tipo de compensação. Portanto, isto resulta em prejuízo claro das autarquias. Devia haver uma linha de financiamento do Estado, do Governo, para apoiar estas obras, como já houve em tempos, e não fazê-lo à custa das autarquias.

Porque aqui entra uma outra questão, que é a da extensão da medida. Porquê apenas aplicada aos centros históricos dos principais núcleos urbanos? Quero referir-me às sedes dos concelhos, às capitais. Porque não generalizar a medida às vilas e aldeias? Aí, sim, teria importância e estaria coerente com o modelo de desenvolvimento que, aqui, o Sr. Presidente da Câmara tem defendido e que eu partilho, que é fixar as pessoas nos seus locais de origem, digamos assim, criar condições para que eles se fixem aí, para não se “amontoarem” – passo a expressão – nos “caixotes de cimento”, aqui em Oliveira do Hospital e nas grandes cidades. E, o que é que acontece nas nossas aldeias, em virtude do carácter restritivo do PDM? Não há terrenos disponíveis para auto-construção. E isso é uma das razões – para além de outras – que



levam os jovens a saírem das suas terras. Portanto, no meu entendimento, a generalização desta medida, a abrangência dela também aos núcleos históricos e urbanos de todas as aldeias. Esta medida seria extremamente importante para recuperar a imensidão de casas... Por exemplo: Vila Franca tem ruas inteiras cheias de casas em pedra magníficas, que estão devolutas e que algumas estão a cair. Esta medida tem que ter esta abrangência, no meu entendimento. Senão, não resulta.

É evidente que isto tinha que ter aqui outros apoios. Nunca mais falámos aqui dos Gabinetes Técnicos Locais. Não se sabe se houve mais candidaturas ou não houve. Mas era importantíssimo que existisse, aqui no município, um gabinete de apoio técnico, que fizesse projectos para quem quisesse recuperar as suas casas nas nossas aldeias. E que esta isenção de taxas fosse extensiva, também, a todas as pessoas que manifestassem interesse e apresentassem projectos para a recuperação das suas casas.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Claro que tenho que concordar com as palavras do João Abreu. O Sr. Presidente da Câmara já o tinha dito antes também, mas isso era normal. Não deveria ser só Oliveira do Hospital – o centro, a cidade – mas, se calhar, temos zonas de algumas aldeias, aqui bem perto, com centros históricos muito mais importantes, muito mais homogéneos e com muito maior capacidade de reconstrução do que é, neste momento, o Centro Histórico de Oliveira do Hospital. Isso não tenho dúvidas. E, depois de vermos e de estudarmos algumas das ruas que estão na zona de reabilitação, mais se nota. Para quem conhece, por exemplo, o centro de Vila Pouca, a zona de Travanca, já falaram de Vila Franca. Se calhar há mais que me estou a esquecer. Se calhar, o centro histórico de Avô também. Portanto, há uma série de situações que deviam ser estudadas.

É o Pólis XXI para Oliveira do Hospital e eu penso que é esse que agora temos de aceitar

Há bocado também estava a dizer que só a Câmara é que iria pagar. Não. Eu acho que vamos todos pagar porque há uma redução do IVA, do IRS e do IRC a quem fizer as obras de requalificação. Portanto, penso que não é só o município mas é, também, neste caso, em sede de IVA e em sede de IRC que isso se vai ressentir. No fundo, todos nós, quer façamos quer não façamos reabilitação, também nos vai “sair do bolso”.

Como me lembro do Empreender + e de outros programas, porque não – e porque haverá pessoas com capacidade financeira diminuta – criar-se um

fundo financeiro para a reabilitação dos prédios urbanos, neste caso? Poder-se-ia muito bem – e o João Abreu deu uma dica – criar-se, em conjunto com a Câmara e outras entidades, um fundo financeiro para a reabilitação, em que poderia ser pago, a juros baixos, a médio prazo, como se faz em termos da criação de empresas. Isto é apenas uma ideia, uma pedra, o lançamento para o “charco”, para ver se conseguimos mais alguma coisa. Esta ideia não é descabida de todo. Poderá ser implementada, poderá ser estudada e bem estudada. E penso que esta situação iria ajudar não só o Pólis XXI em Oliveira do Hospital, como talvez relançar, sendo a própria Câmara, o desenvolvimento na reabilitação urbana dos centros históricos das nossas aldeias.”

Interveio, em seguida, o Sr. João Esteves:

“Não sei o que aconteceu mas, por exemplo, nesta proposta que está aqui e que vamos votar, uma das questões que se vai aqui votar é a delimitação da área de reabilitação urbana, que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, obtido o parecer do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Ora, eu acho que isso não foi enviado a ninguém, essas áreas de reabilitação. Eu não recebi. As pessoas que estão ao meu lado também não receberam nada. Era uma das coisas que eu tinha aqui para falar sobre esta situação.

Como eu desconheço plenamente o que se está a passar, eu propunha que os trabalhos desta Assembleia sejam suspensos para que tenhamos conhecimento daquilo que vamos votar. Ou, então, propõe-se à votação e eu, simplesmente, não voto porque não tenho conhecimento. É uma proposta que eu deixo no ar e que a Mesa deverá resolver.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra:

“Sobre esta última questão levantada pelo Sr. João Esteves, informo que ficou decidido enviar a planta de delimitação para os líderes parlamentares para que, depois, pudessem fornecer a quem entendessem para ser visualizada a área proposta. É a zona de abrangência do Centro Histórico. Quem quiser consultar a planta, poderá fazê-lo e é fácil de ver.

No que respeita às outras questões, eu gostaria de lembrar que a lei é clara e diz que, para que haja esses incentivos, os prédios têm que estar localizados em áreas de reabilitação urbana. Ou seja, nós só podemos considerar o Centro Histórico de Avô, de Travanca ou de outra aldeia qualquer se fizermos lá uma intervenção ao nível da reabilitação urbana, de requalificação do espaço. Se assim não for, não há hipótese de considerar esta medida alargada.

Depois, a outra questão que o João Abreu colocou de que eram só as autarquias a terem diminuição de receitas com esta medida, eu discordo porque, por exemplo, o Estado abdica de quinze por cento de IVA.

Agora temos aqui esta situação. Quem sabe se amanhã, se houver disponibilidade financeira, poderemos fazer reabilitações noutros centros históricos e, então, nessa altura, considerar esta possibilidade.

A isenção de taxas é que a poderemos alargar a todo o concelho. Se a Assembleia assim o entender, tudo o que seja reabilitação de edifícios em centros históricos ou zonas mais antigas das localidades, fiquem isentas do pagamento das taxas. Portanto, utilizar o mesmo princípio.

Também queria dizer que esta redução das taxas só é aplicável quando a intervenção altera o estado físico da habitação, ou seja, se a habitação estiver em estado mau, terá que passar para estado bom; se estiver em estado razoável, terá que passar para muito bom. Há uma comissão que fará a avaliação e só nessas circunstâncias é que poderão ter isenção de taxas.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha prestou o seguinte esclarecimento:

“Quando os serviços remeteram a última carta sobre esta questão, com a acta número vinte e dois de dois mil e oito, eu pus a questão de ser junta uma planta de síntese da situação que foi levantada pelo João Esteves. Foi-me respondido que tinha sido enviado, para os líderes dos grupos parlamentares, um volume com todas estas explicações. E, como isso era um investimento bastante caro, não o poderiam enviar a toda a gente. Eu aceitei a resposta. Mas, se alguém tiver dúvidas, dado que esse volume está disponível, fará o favor de o dizer e o caderno ser-lhe-á facultado.”

Depois, a Mesa colocou à votação a proposta da Câmara Municipal para a delimitação da “Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital”, tendo sido aprovada por unanimidade. Seguidamente, foi colocada à votação a proposta da Câmara Municipal para a concessão, pelo período de cinco anos, de isenção de imposto municipal sobre imóveis aos prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital que sejam objecto de obras de reabilitação no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, tendo também sido aprovada por unanimidade. Foi ainda colocada à votação a proposta de que, na revisão actualmente em curso do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão de Prestação de Serviços, a submeter à Assembleia Municipal, seja incluída uma norma autorizadora da concessão de isenção do pagamento das taxas de licenciamento

das obras de reabilitação realizadas no âmbito do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana nos imóveis localizados na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Oliveira do Hospital, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Autorização, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para a participação do Município de Oliveira do Hospital na Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril, conforme Estatutos da referida entidade, aprovados pela Portaria nº 1037/2008, de 15 de Setembro.

Sobre esta questão, tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara:

“Relativamente a esta matéria, é evidente que eu já ouvi muita coisa e já li muita coisa acerca desta proposta que é feita para a adesão à nova entidade Turismo do Centro. Eu gostava de dizer que, em tempos, a Câmara pediu explicações ao Sr. Secretário de Estado do Turismo acerca da não integração de Oliveira do Hospital no Pólo da Serra da Estrela para efeitos do Programa de Intervenção Turística E o que foi respondido sobre esta questão foi de que a definição do pólos de desenvolvimento turístico referidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo deveu-se a um critério geral que procurou responder a unidades territoriais coincidentes com a divisão administrativa do território em NUT III, e teve por base um conjunto de recursos e atractivos turísticos que se concentram num determinado território, conferindo-lhes, numa perspectiva turística, carácter único. Assim, prosseguiram, o Pólo da Serra da Estrela abrange os municípios da NUT III Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira, tendo o município de Penamacor, para efeitos do Programa de Intervenção Turística, sido definido como Envolvente ao Pólo. Depois, voltámos a questionar porque é que Penamacor era considerado Envolvente ao Pólo e Oliveira do Hospital não, ao que responderam que o Pólo da Serra da Estrela é um destino de montanha cujo desenvolvimento turístico se baseia nos recursos singulares da Serra da Estrela e beneficia dos recursos naturais da área envolvente à Serra, nomeadamente da Reserva Natural da Serra da Malcata. A Reserva é um recurso que integra e reforça a proposta de valor do Pólo Serra da Estrela e que abrange os concelhos de Penamacor e Sabugal. A definição de Penamacor como zona envolvente do Pólo resultou do facto deste concelho integrar a Reserva Natural da Serra da Malcata. Foram estas as respostas do Secretário de Estado do Turismo.

Entretanto, uma notícia em que o Sr. Presidente da Associação de Municípios se pronunciou sobre esta questão das novas áreas de turismo, dizia “denunciou, hoje, que o Governo aprovou a reorganização das regiões de turismo sem ter em conta o processo de consulta que abriu aos parceiros, com base em cinco regiões: *Não faz sentido para nós porque aquilo que nos foi apresentado para nos pronunciarmos apontava para uma coincidência com as NUT II*”, disse hoje à Agência Lusa o Presidente da Associação de Municípios referindo-se à proposta de reduzir, de dezanove para cinco, as regiões de turismo, ou seja, Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. “*Achamos que estes pedidos de audição começam a estar um pouco comprometidos*”, afirmou Fernando Ruas acrescentando que “*a Associação Nacional de Municípios não percebe esta excepcionalidade*”. O diploma aprovado na semana passada em Conselho de Ministros determina cinco áreas regionais de turismo: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, e uma aposta prioritária em cinco zonas do País, com potencial turístico: Alqueva, Litoral Alentejano, Região Oeste, Douro e Serra da Estrela, que terão autonomia. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, através da Associação de Turismo de Lisboa e da Associação de Turismo do Porto, podem contratualizar o exercício de actividades e a realização de projectos com o Governo. De acordo com Fernando Ruas, os critérios que levaram a este modelo não foram discutidos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.”

Isto é para dizer o quê? Para dizer que a proposta que é feita pela Câmara para a adesão à Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal decorre da lei que foi produzida. E não foi produzida pelo município de Oliveira do Hospital; foi produzida pelo Governo.

E, como eu aqui referi, já anteriormente, aquando dos investimentos no âmbito do P.I.T., nós fomos excluídos do Pólo Serra da Estrela.

Portanto, esta nossa proposta de adesão tem única e exclusivamente a ver com a lei que foi produzida. Não houve aqui, da parte da Câmara, qualquer desvio nesta matéria. A lei foi produzida pelo Governo e nós, agora, limitamo-nos a – e a Assembleia é que vai decidir – aderir à Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal ou podemos fazer como Coimbra e como a Figueira, que dizem que não vão aderir devido a haver um “desvio” do governo relativamente à colocação da sede em Aveiro. Se a Assembleia entender que podemos aderir, aderimos e podemos ter acesso – quer nós quer os privados – a fundos comunitários, a contratualização com o Governo na área do turismo, etc. Se entenderem que não devemos aderir, é simples: ficamos de fora e não

teremos acesso a nada do que referi. É, pois, um ónus que não ficará com a Câmara Municipal; ficará nas mãos de Vs. Exas.”

Seguiu-se a intervenção do Sr. Dr. Simões Saraiva:

“Eu tinha algumas dúvidas e algumas perguntas a fazer sobre isto mas o Sr. Presidente da Câmara praticamente já me respondeu a todas elas. Uma delas que me parecia, efectivamente, coadunar com a nossa posição geográfica era não pertencermos à Região da Serra da Estrela. Agora compreendi e lamento. Mas, se as coisas são assim, penso que não podemos fazer nada.

Outra coisa que eu não compreendo e, neste momento, julgo que deveríamos tentar, em relação a outros concelhos, como é o caso de Arganil que também não aceita, e que está a fazer uma reacção e uma força violenta, porque não se compreende que a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal que, em embrião, tinha sede em Coimbra, passe para Aveiro. Eu sou uma “formiga” no meio de isto tudo mas acho que não era descabido que, embora aceitando, se fizesse sentir que era perfeitamente urgente e indispensável que a sede da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal passe novamente a ser em Coimbra. Porque Coimbra é o centro histórico e é o centro, se calhar, territorial da região. Esta é a minha posição.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para dar um esclarecimento adicional:

“Queria só dizer que o Pólo Turístico da Serra da Estrela, embora tendo autonomia, pertence ao Turismo do Centro de Portugal.”

Interveio, depois, o Sr. Carlos Mendes:

“Eu acompanhei o Dr. Simões Saraiva durante muitos anos, desde o início, a dizer mal da Serra da Estrela. Eu fui das pessoas que mais mal disse da Região de Turismo da Serra da Estrela, há quase trinta anos atrás, quando vi o Dr. Simões Saraiva, de “chapéu na mão” andar atrás dos “meninos” para trazer alguma coisa para aqui. E sempre fui um pouco a leste e a hostilizar e ser hostilizado pela Região de Turismo da Serra da Estrela. Isso aí não há dúvidas nenhuma.

Agora, eu, na acta de vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, fiz aqui a seguinte intervenção: *“Hoje traz-me aqui apenas um assunto que eu acho que é de extrema importância para o concelho. Neste momento, estamos numa encruzilhada com a questão de pertencermos à Região de Turismo da Serra da Estrela ou à Região de Turismo do Centro. Penso que nós temos todas as características de pertencermos à Serra da Estrela. Acho que devemos tomar uma posição nesta Assembleia Municipal no sentido de que, seja qual fôr a*

*razão que nos seja imposta para mudarmos da Região de Turismo da Serra da Estrela para a do Centro, termos que fazer alguma coisa para não sairmos daqui.*

*Eu sei que, durante estes últimos trinta anos, pouco ou nada tivemos da Região de Turismo da Serra da Estrela. A única coisa que nós aproveitámos foi aquilo que nós temos: o cão, o queijo, a Serra da Estrela e o pastor que, no fundo, é a nossa imagem.*

*E nós, agora, iríamos para onde? Para Coimbra? Com Figueira da Foz, com Coimbra, com todas aquelas zonas que nós sabemos que têm um ritmo superior ao nosso e ficaríamos a “ver navios”...*

*Penso que devemos tomar uma posição nesta Assembleia Municipal no sentido de não sairmos de forma nenhuma, de maneira nenhuma, da Região de Turismo da Serra da Estrela. Não é neste momento, em que sabemos que o QREN vai ter fundos com uma importância muito maior do que até hoje teve para esta zona, que nos põem fora do nosso habitat natural, que é a Serra da Estrela.*

*Eu punha isto à discussão e, se o Sr. Presidente da Mesa concordasse em trocarmos algumas impressões, eu resguardava-me de tomar uma posição noutros termos. Senão, se acharem que não vale a pena discutir esta questão, eu tomo já uma posição sobre este assunto.”*

*Eu tenho aqui várias intervenções dos nossos colegas e tenho aqui também a intervenção do Sr. Presidente da Câmara na fase final. Eu acho que é importante hoje dissecarmos um bocado essa situação. Foi esta a intervenção do Sr. Presidente da Câmara: “Sobre a questão que foi suscitada relativamente à Região de Turismo, não tenho grande opinião sobre ficar na Região de Turismo do Centro, da Serra da Estrela ou noutra. O que eu sei é que, quer a Região de Turismo da Serra da Estrela, quer a Região de Turismo do Centro são absolutamente inoperantes, limitando-se a desempenhar um papel quase decorativo. Que iniciativa concreta tem a Região de Turismo da Serra da Estrela de promoção da Serra, de promoção da região? Não há nenhuma. E igualmente se pode colocar a pergunta para a do Centro: que iniciativas concretas tem de promoção da região? Essas iniciativas normalmente partem das autarquias, das associações empresariais, das colectividades; nunca dessas Regiões de Turismo. E até acontecem estes casos paradoxos: a Região de Turismo da Serra da Estrela tem, desde a primeira edição, sido convidada para participar na Feira do Porco e do Enchido e nunca se dignou sequer responder a um ofício!*

*E, na minha opinião, o que falta de facto é um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para a região, que englobe a Serra e todos os concelhos limítrofes. O Plano Estratégico que foi promovido pela Universidade da Beira Interior tem algumas coisas boas mas é um “atentado” porque enferma logo de um erro básico: defende, como prioridade para o desenvolvimento da Serra da Estrela, a abertura de estradas. Inclusivamente, defende que o IC 37 passe no meio da Serra! É algo absurdo, que contraria todos os cânones do desenvolvimento turístico. A Serra tem que ser defendida e, para ser tal, tem que ser impedido o acesso dos automóveis ao maciço central. Tem que ser defendida nessa base, criando meios alternativos que não poluam, que não exerçam pressão humana sobre a Serra. O turismo desenvolve-se valorizando o património e as iniciativas. Mas também faz falta, a nível do nosso concelho, um Plano de Desenvolvimento Turístico, que aproveite todas as potencialidades que temos e que as promova de forma consequente e não de forma aleatória e esporádica.”*

Portanto, verificamos que o Sr. Presidente da Câmara, na altura, não tinha nenhuma posição e que tanto lhe fazia ir para a Região de Turismo da Serra da Estrela, para a Região de Turismo do Centro ou para outra. E eu, na altura, quando fiz esta intervenção, já estava à espera disto. Foi por isso.”

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Onde é que existe a contradição? Há uma reestruturação... E, quando eu me referi a isso, referi-me a uma coisa muito simples: era à espera que houvesse uma reestruturação das regiões de turismo. Aliás, eu até falei – não está aí em acta mas podia estar – nas “quintas” que existiam, que as regiões de turismo eram autênticas “quintas”, onde havia pessoas que, no fundo, tinham estratégias para se perpetuarem no poder ao nível da região. Aliás, ainda hoje há acusações em relação à criação do Pólo da Serra da Estrela, que foi criado para que uma determinada pessoa se pudesse perpetuar. Se o meu amigo ler as intervenções feitas pelos Presidentes das Câmaras do Fundão e da Covilhã, vai ver que aquilo que eles dizem é precisamente isso: que o Pólo da Serra da Estrela foi “arranjado” à medida do Sr. Jorge Patrão. E acrescentaram mais qualquer coisa que eu, aqui, não vou dizer.

E, para contradizer o que o Carlos Mendes está a dizer, gostava de dizer que também na lei vem um anexo a dizer quais são as unidades territoriais e quais são os municípios. Portanto, o Governo fez esta lei. E, já agora, se ouvisse



os seus digníssimos representantes com assento nesta Assembleia, tinha acrescentado aqui Oliveira do Hospital.”

O Sr. Carlos Mendes prosseguiu a sua intervenção:

“Sr. Presidente: eu sei que o Sr. sabe que, por exemplo, a Meda está com um processo para sair da unidade territorial da Beira Interior Norte e se integrar na zona do Douro. Isto quer dizer que o que eu falava aqui na minha intervenção de vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, da nossa integridade, de estarmos integrados, do nosso *habitat*... É a Serra da Estrela, é o Alva, é o Mondego. Nós estamos aqui no meio. E é o maciço central da Serra.

E há aqui outra coisa que o Sr. disse e muito bem: esta unidade territorial está na Região de Turismo do Centro, o que quer dizer que nós, com a nossa especificidade, podemos estar incluídos nas duas zonas. Na região do Centro, onde já estamos na sua totalidade dos concelhos todos, podemos, neste momento, discutir, exigir, falar, para a unidade territorial da Serra da Estrela. Ninguém nos tira essa força. Os Srs., se calhar, com a Assembleia atrás, têm força para isso. Porque eu não estou a ver Oliveira do Hospital estar a concorrer com Coimbra, com a Figueira da Foz, com a Mealhada, com Cantanhede, com Aveiro, com a Ria de Aveiro, em termos de projectos e de capacidade financeira.”

Interveio, novamente, o Sr. Presidente da Câmara:

“Há, realmente, coisas na intervenção que não percebo. Nós não concorremos com ninguém. Nós somos aliados. O turismo não pode ser visto reduzido ao território do concelho de Oliveira do Hospital. Ele é contagiante. E, quando falarem em Oliveira do Hospital, hão-de continuar a falar na Serra da Estrela. E, quando vendermos o queijo, vendemos o Queijo Serra da Estrela. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.”

O Sr. Carlos Mendes questionou:

“Não tem a ver? Em termos de financiamento? Não é mais fácil irmos a esta unidade territorial? Em termos de unidade ou de Pólo da Serra da Estrela, eu penso que nós estaríamos muito melhor incluídos. É esta a minha posição. Quando falo de concorrer, não estou a ser redutor, Sr. Presidente. Eu não quero o concelho sozinho, antes pelo contrário. Eu quero o concelho, em termos de desenvolvimento, com quem nós, há muitos anos, estamos em conjunto e em desenvolvimento. É isso que eu quero. Eu continuo a dizer que a nossa identidade não tem nada a ver com a Figueira da Foz. Eu continuo a dizer que o nosso *habitat* natural é muito mais virado para a Serra, nesse aspecto, do que para o resto dos concelhos. É muito mais difícil “lutar” contra quarenta ou

cinquenta municípios, em termos de investimento, de capacidade financeira, em termos empresariais. É muito mais fácil “concorrer” com esta zona territorial da Serra da Estrela do que “concorreremos” com a totalidade da região do Centro de Portugal. Eu peço imensa desculpa mas há uma linha de delimitação.

Para terminar, queria só dizer que eu estou é preocupado que não venhamos a pertencer ao Pólo da Serra da Estrela porque acho que temos muito a perder em termos de investimentos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu:

“Temos que ir à génese da questão: as regiões de turismo agruparam-se por afinidades geográficas, de interesse turístico, gastronómico, natural, etc. E, daí, terem nascido as dezanove regiões de turismo do País. Cada uma tinha a sua especificidade e promovia-se em função da sua especificidade.

Agora, como é que se vai promover uma região que vai desde Lisboa até Aveiro? É evidente que sabemos o que é que está na génese disto: é aquela ideia do Governo para as cinco regiões-plano. Então, vamos moldar tudo isto. Cinco regiões-plano para tudo. Mas, depois, houve uns “trutas”, uns homens do dinheiro que, depois, pensaram “como é que vamos construir aquelas coisas em Tróia, na Serra da Estrela?” e que baralharam isto tudo. Então, criaram-se os Pólos e criam-se os cinco P.I.N’s que têm, inclusive, um estatuto especial: as Câmaras não metem lá o “bedelho”, os P.D.M.’s não limitam nada desses projectos e estão isentos de uma série de coisas, para além de receberem o grosso do dinheiro que está destinado para o desenvolvimento turístico. E esta é a questão de fundo.

E, relativamente à Serra da Estrela, o que foi dito aqui é verdade. Mas não foi tudo dito. A Serra da Estrela tem uma entidade, que é a Turistrela, que é o único monopólio existente no País. Como se sabe, acima dos setecentos metros de altitude, a Turistrela manda no turismo. Ninguém pode criar um empreendimento turístico sem que tenha a autorização da Turistrela. E é bom que também se diga aqui que a Turistrela era uma empresa pública e foi o Sr. Engº António Guterres, amigo – e muito bem – dos Costa Pais que lhes deu, de “mão beijada” a Turistrela, todo aquele património público. Portanto, esta é que é a questão de fundo. E é óbvio que Oliveira do Hospital devia estar associada à Serra da Estrela. Tem que estar associada à Serra da Estrela, por todas as razões. Não se compreende que Oliveira do Hospital fique diluída numa coisa híbrida. Isto não tem nenhuma lógica para o concelho e eu não creio que isto tenha grande viabilidade.

Depois, esta questão de chantagear os municípios: ou entras ou ficas fora do acesso aos fundos. Não pode ser. E é evidente que a questão da sede, na minha opinião, é absolutamente secundária. Aliás, criaram-se novas centralidades e devem ser respeitadas. E, se calhar, Aveiro merece ter a sede. As questões são outras: as da possibilidade de promovermos o nosso turismo, mesmo tendo em conta todo o esforço local que pode ser feito e que foi anunciado naquela intervenção que o Carlos Mendes leu relativa a uma outra intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

Mas, é evidente que, para se ir para a Serra da Estrela não se passa por Oliveira do Hospital. Quando houver o IC 6, o IC 7 e o IC 37, admito que sim. Hoje, ou vem-se pela Covilhã – A23 – ou pela IP3, directo a Nelas e a Seia. Não se passa em Oliveira do Hospital. Isso é pura ilusão.

Eu votarei contra e penso que o município não ganha nada em aderir a esta Entidade. E, às vezes, estas posições de força, isoladas, são vantajosas para os municípios, marcam a diferença. E eu penso que estamos na altura de “bater com a porta”, de juntarmos forças e de dizermos que queremos uma outra solução que seja do nosso interesse.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar uma informação adicional:

“O artigo sétimo da lei, no seu número cinco, diz assim: *A participação de um município na respectiva Entidade Regional de Turismo constitui um requisito de acesso aos programas públicos de financiamento na área do turismo, com recurso a fundos exclusivamente nacionais.*

A lei não é minha.

E o número três do mesmo artigo diz assim: *os municípios só podem participar na entidade da área regional de turismo em que se encontrem territorialmente integrados nos termos definidos no artigo segundo.*

Isto é claro.”

Depois, o Sr. Prof. João Dinis interveio para fazer a seguinte declaração:

“Esta última informação da parte do Sr. Presidente da Câmara é uma questão fundamental e que fique bastante bem esclarecida. É que, efectivamente nós somos obrigados, por lei, a estar onde nos meteram. E a lei tem país. A cada um segundo as suas responsabilidades.

A segunda situação é se o município pode ou não pode vir a reparar essa desadequação, injustiça, chame-se o que nós quisermos. E essa é uma outra situação que eu também gostaria de ver esclarecida.

Por aquele artigo que o Presidente agora leu, dá, de facto, a entender que estamos condenados, o que não quer dizer que abandonemos o combate.

Nesse objectivo, proponho uma moção à votação da Assembleia:

*Considerando a actual composição territorial, legislada pelo Governo, que à partida não coloca o município de Oliveira do Hospital no Pólo Turístico da Serra da Estrela, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital delibera:*

*1 – Protestar junto do Governo e da Assembleia da República contra essa não inclusão, do nosso Município.*

*2 – Reclamar a urgente correcção da situação, tendo necessariamente em conta a posição e a vontade do nosso Município.*

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António Raúl Dinis Costa que colocou a seguinte questão:

“Só queria fazer uma pergunta muito simples: se, realmente, a lei obriga a que estejamos integrados na Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal porque é que a Assembleia Municipal tem que votar essa adesão?”

Interveio, depois, o Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia:

“O Raul disse exactamente uma coisa que eu tinha para dizer. Realmente, não se justifica. A lei é lei. Metam-nos onde quiserem. Agora, não nos perguntem se queremos. Não nos perguntem se queremos. Porque eu não quero. E quero dizer a quem fez a lei que estou desagrado com esta lei. Portanto, quero especificar que eu quero continuar, como oliveirense, como nascido neste concelho, como me identifico e como sempre me identifiquei, com a Serra da Estrela, em tudo. Desde a própria maneira de ser das pessoas até tudo aquilo que nos envolveu desde crianças. Nós, que fomos criados aqui, somos da Serra da Estrela, somos serranos, não sou de Coimbra.

E mais: se nós andamos aqui há anos a lamentarmo-nos, a queixarmo-nos que éramos aqui periféricos, que sempre fomos... Eu vou dizer-vos uma coisa: eu também sou de acordo, de há muito tempo, e também me identifico mais – e aqui estão as raízes – com um cidadão beirão, da Beira Alta, com Viseu do que com Coimbra. Nós sempre nos lamentámos de estarmos muito longe e muito distantes de Coimbra. Ninguém nos “passava muito cartão” porque estávamos aqui na fronteira com a Guarda. Estamos a falar de turismo. Então agora, ainda por cima, o centro da decisão vai para Aveiro? Ainda mais longe estamos. Muito mais periféricos estamos.

Desculpe, Sr. Presidente, mas não estou de acordo consigo. Porque nós sabemos bem a correlação de forças que existem no turismo. E não é só no turismo mas no resto. É o poder político, o poder das massas, o poder económico

e todos esses poderes que decidem. E não é Aveiro, nem Coimbra, nem a Figueira, que vão vir aqui defender os nossos interesses. Ou somos nós, que somos daqui da Serra, que temos que nos juntar...

Desculpem mas eu não subscrevo esta lei. Eu vou votar contra isto porque estou indignado. Não aceito. Eu identifico-me com Seia, com Gouveia, com Celorico, com Fornos, com a Serra da Estrela. Mas não me identifico com Coimbra, nem com a praia, nem com o Vouga. Eu não subscrevo isto e vou votar contra isto.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Rui Abrantes:

“Permitam-me mas eu vou um bocado “contra a maré”.

É mesmo assim mas tem que ser. Estão sempre a queixar-se que ninguém fala, do PSD. Então, temos que cá vir defender uma coisa que, por acaso, até é do PS, simplesmente por um motivo: eu acho que aqui não está em causa o facto de sairmos da Serra da Estrela porque nós não vamos sair. O Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia orgulha-se de ser serrano e vai continuar a ser serrano.

Parece-me a mim que não vai ser ninguém da Covilhã ou mesmo daqui de Seia – com a rivalidade que turisticamente vai haver – a defender a indústria hoteleira daqui, a indicar aos turistas para se instalarem em unidades do nosso concelho.

Queria aqui apresentar-vos um facto, até porque ainda ninguém falou nisto. É um facto que esta Região de Turismo do Centro é muito abrangente, praticamente desde o Tejo ao Douro. Não será mais fácil nós irmos vender o nosso produto, vender a “Serra da Estrela” a esse mercado? Na realidade, eles não têm “Serra da Estrela” e nós temos.

Vamos imaginar um cenário deste género: uma exposição internacional de Lisboa. A Região de Turismo do Centro de Portugal expõe, tem lá um stand, e pode apresentar uma variedade extraordinária de produtos, desde a praia até à Serra. E nós somos únicos. Neste molde em que se está, só nós é que temos o Queijo Serra da Estrela, por exemplo. Só nós é que somos da Serra da Estrela.

O Sr. Eng<sup>o</sup> Carlos Maia diz que não se identifica com Coimbra, que se identifica mais com a Serra. Eu tenho outra opinião.

Depois, quanto à questão da sede. É um facto que a sede vai ficar longe, em Aveiro. Mas a lei contempla a existência de delegações, uma delas em Coimbra, que é onde vai estar o Pinhal Interior Norte e o Baixo Mondego.

Parece-me, na minha modesta perspectiva, que seria mais vantajoso, mais fácil para nós vendermos aquilo que nós temos, os nossos produtos endógenos que tanto gostamos de valorizar. Eu gostava só de deixar isto bem claro.

E também me custa um bocado ouvir o colega Carlos Mendes dizer que, em trinta não, sempre “bateu” na Região de Turismo da Serra da Estrela e continua a defender que devemos pertencer à mesma. É que nós, na realidade, parece que nunca tivemos nada, segundo diz.

Enquanto membro do Clube Seita quero relatar-vos algo só a título de curiosidade: como sabem, em dois mil e dois, tivemos cá uma prova do Campeonato do Mundo de Enduro. Fizemos uma candidatura a um subsídio da Região de Turismo da Serra da Estrela. O Sr. Jorge Patrão prometeu-nos que nos iria atribuir cinco mil euros. Está escrito. Estamos em dois mil e oito e ainda não vieram os cinco mil euros. Todos os anos telefonamos e respondem que nem dinheiro têm para os ordenados dos funcionários...

São este tipo de situações que me parece que não nos ligam muito nem com a Covilhã nem com essa instituição. Eu não tenho visto – e pelas palavras que já ouvi aqui – grandes vantagens em pertencermos à Região de Turismo da Serra da Estrela. Por isso, acho que poderíamos dar o benefício da dúvida ao Turismo do Centro de Portugal. Daí que o meu voto será favorável a esta proposta. E isto até é uma lei do PS.”

Interveio, depois, o Sr. João Esteves:

“Nós estamos a fugir um bocadinho à discussão que aqui nos está a trazer, e que é a inclusão ou não nesta Região de Turismo do Centro ou no Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela.

O Decreto-Lei sessenta e seis de dois mil e oito, que foi o que criou as regiões de turismo, define concretamente as regiões de turismo em Portugal. E também é concreto, no anexo, na lista dos pólos de desenvolvimento turístico e na Serra da Estrela, quais os concelhos que estão inseridos nessa região. Portanto, com o que estamos aqui a discutir, acho que não chegamos a lado nenhum porque nós, à partida, fomos excluídos deste pólo de desenvolvimento. Portanto, nós estamos inseridos na Região de Turismo do Centro. E o que é que temos que fazer? Segundo o que diz o Decreto, para beneficiarmos de certas e determinadas prerrogativas de desenvolvimento turístico temos de estar inseridos numa região de turismo. Porque, se não estivermos, se o município de Oliveira do Hospital não estiver inserido nessa determinada região de turismo, não pode beneficiar de fundos nacionais. Ou seja, todos os projectos de desenvolvimento que fizemos e que apresentarmos não podem obter qualquer benefício. Portanto, à partida nós estamos excluídos.

Ora, há aqui várias correntes de opinião para que nós nos integremos no Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela. Mas nós estamos

excluídos. Então, acho que temos que nos inserir *a priori* nesta Região do Centro. Posteriormente, se a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as entidades vivas deste concelho quiserem entrar para o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela, isso já é *a posteriori*. Aí é que vamos lutar para que isso aconteça e vamos pedir essa integração.

Não podemos votar para ser integrados no Pólo da Serra da Estrela porque o Decreto definiu os concelhos que o constituem e Oliveira do Hospital não faz parte da lista. Estamos aqui a falar de coisas que não são possíveis. Temos que nos basear naquilo que está escrito na lei. Posteriormente é que podemos lutar por outra integração.

Eu acho que devemos votar este ponto a favor e posteriormente é que se poderão desenvolver certas *démarches* para conseguirmos a integração no Pólo Turístico da Serra da Estrela. Mas isso será noutra fase.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Isto não é bem assim. Por uma razão: se nós fossemos obrigados a pertencer à região de turismo, a que propósito é que nos vinham pedir a opinião? Porque é que os outros concelhos estão a fazer isso, a mudar de região? Eu douvos o exemplo da Meda. A Meda não quer pertencer ao Pólo de Turismo Norte Interior mas ao Douro. E votou contra. O que nós temos que fazer é isso.”

O Sr. Presidente da Câmara retorquiu:

“Muito simplesmente, a Meda fica sem pertencer a nenhum, fica fora da possibilidade de apresentar qualquer candidatura a fundos nacionais. Com Coimbra vai ser a mesma coisa. E a questão que se coloca aqui é: quem é que vai ser prejudicado com isso? Não é o interesse público; são os privados que quiserem apresentar candidaturas para desenvolvimento turístico. É bom que tenham isto bem presente.”

O Sr. Carlos Mendes prosseguiu:

“É bom que tenham bem presente que este tipo de financiamento vem para a beira-mar e não vem para aqui. Sobre isso não tenho dúvidas nenhuma.

Eu penso que a Assembleia Municipal da Meda e, se calhar, outros casos como a Meda e como nós, não foram e não são irresponsáveis a votar contra a integração dos seus concelho nas regiões em que estavam metidos. Nem poderão ficar isolados, como o Sr. Presidente diz. Eu penso que, ao fazerem isso, estão a lutar para serem integrados onde pretendem.

Uma outra questão: isto tem que ser aprovado hoje? Isto vai entrar em vigor amanhã, ou daqui a quinze dias ou daqui a um mês?”

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu:

“Se não for aprovado, o município fica já excluído da possibilidade de eleger os corpos sociais e a constituição da Entidade Regional.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco José Garcia:

“Neste momento, eu gostava de saber até quando é que nós temos que dizer “sim, senhor” a Lisboa? É hoje o último dia?

Nós estamos nesta situação, hoje aqui, culpa exclusiva da inoperância e da falta de acção da Câmara Municipal, que não soube negociar, durante todo este tempo, a adesão à Zona de Turismo da Serra da Estrela. O que deve sair daqui hoje – e por isso é que é importante a data – é a suspensão desta votação para tentar renegociar, dentro do tempo disponível, a adesão à Serra da Estrela.

Porque é o que toda a gente tem dito e só a ala do PSD é que não vê: é a mesma coisa eu negociar, enquanto Câmara Municipal de Oliveira do Hospital um apoio para um projecto qualquer, de turismo, aqui desta nossa Serra... É a mesma coisa – como o Carlos Mendes diz – “lutar” com Gouveia ou “lutar” com um mega-projecto na Figueira da Foz?

O que eu propunha hoje é que se visse bem o *deadline*, ver se há tempo possível para marcar outra Assembleia Municipal, convocá-la e tentar, nesse tempo, renegociar a adesão à Serra da Estrela.

É difícil perceber isto e aceder a isto? Ou andamos aqui por desejos mesquinhos de uns e de outros?”

Seguiu-se a intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Nunca pensei que isto pudesse acontecer mas eu não estou de acordo nem com uns nem com outros, o que é curioso.

De qualquer modo, eu chamava a atenção para o seguinte. Diz aqui o artigo segundo: *para efeitos da organização do planeamento turístico para Portugal são consideradas cinco áreas regionais de turismo.*

Depois, diz o artigo quarto: *nas áreas regionais de turismo, definidas no artigo segundo, são criados os pólos de desenvolvimento turístico.*

O que me parece, da lei, é que os pólos de desenvolvimento turístico são um sub-conjunto das áreas regionais de turismo. E depois, o número três do artigo quarto diz o seguinte: *a constituição dos pólos de desenvolvimento turístico não prejudica a participação regular das entidades públicas e privadas na composição e funcionamento da área regional de turismo.*

Portanto, eu penso – a começar por mim – que nós não viemos para aqui preparados para discutir este assunto e por isso é que se gerou a confusão que se gerou. Portanto, aceitamos aquilo que diz aqui o ponto quatro, que o facto de



pertencermos à Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, e o número três – constituição dos pólos – não prejudica a participação regular das entidades públicas e privadas na composição e funcionamento da área regional de turismo. Parece-me a mim que, nesta parte, podemos perfeitamente aderir – por isso é que eu comecei por dizer que nunca pensei estar de acordo com o Presidente da Câmara – à Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e que não há problema nenhum por isso pois não prejudica a nossa participação posterior no Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela.”

Tomou, depois, a palavra o Sr. Prof. João Dinis:

“Isto aqui não é indiferente porque nós temos a nossa identidade, os nossos rios, a nossa cultura, as nossas tradições “Serra da Estrela”. E, portanto, nós, comunistas, não vendemos essa “coisa” em lado nenhum. Não se trata aqui de vender “coisa” nenhuma nem de deixar de vender. Isto não é mercantilismo. Aqui, a gente mercantiliza tudo: mercantiliza-se a saúde, a educação, a identidade, a cultura, a natureza geográfica, as nossas características, tudo, tudo. Não confundamos as coisas.

Depois: os pólos podem ir às regiões; as regiões não podem ir aos pólos. Não tem os dois sentidos.

Acho que há aqui duas coisas que são claras. Foi legislado pelo Governo. A própria Associação Nacional de Municípios queixou-se de falta de diálogo; expressou-o publicamente. Portanto, houve uma legislação que não teve em conta a posição da Associação Nacional de Municípios e muito menos teve em conta a posição que alguma vez a nossa autarquia tivesse expressado.

Donde, creio que a minha moção se justifica. No primeiro ponto porque se protesta pela não inclusão no Pólo da Serra da Estrela. No segundo porque se pede, se reclama, a correcção da situação tendo necessariamente em conta a vontade e a posição do nosso município.”

Terminadas as intervenções sobre esta matéria, a Mesa colocou à votação o pedido de autorização para a participação do Município de Oliveira do Hospital na Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, tendo sido aprovado por maioria, com nove votos contra e duas abstenções.

O Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer uma declaração de voto:

“Como sabem, a minha declaração vai ser: eu votei contra porque acho que o concelho de Oliveira do Hospital, ao ser integrado na Região de Turismo do Centro e não no Pólo da Serra da Estrela, vai sair bastante prejudicado, quer em termos turísticos, quer em termos de divulgação, quer em termos de investimentos.”

Seguiu-se a declaração de voto do Sr. Prof. Francisco Borges Garcia:

“Eu votei contra porque considero que esta situação foi trazida aqui como um facto consumado, penso que fruto de uma falta tremenda de empenhamento deste município, de uma falta de determinação do Executivo da maioria, que deveria ter iniciado há muito um combate que teria, como corolário, uma grande discussão da própria lei.

Não posso deixar de frisar que se travam, às vezes, combates empenhados, por exemplo, contra uma falácia que tem sido o encerramento do S.A.P.. Parece que há pessoas que estão preocupadas por que ele não feche. Desculpem a franqueza mas parece que há pessoas que estão preocupadas que ele não feche, que gostariam que ele estivesse fechado há muito tempo. Portanto, esta falácia do encerramento do S.A.P. – que não passa de uma falácia – foi fruto de uma grande determinação. Se a mesma determinação tivesse sido levada por diante nesta lei que saiu, eventualmente estávamos com um combate ganho.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção proposta pelo Sr. Prof. João Dinis, tendo sido a mesma reprovada por maioria, com dezoito votos contra e nove abstenções.

Depois, a Sra. Eng<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Eu votei a favor da proposta inicial do município estar na Região de Turismo do Centro porque acho que, nesta fase e analisando a legislação, é inelutável. Além disso, como referiu o Sr. Presidente da Câmara, com essa posição nós não vamos inviabilizar as candidaturas que entretanto surjam, dos particulares ou de entidades públicas.

E votei a favor da moção apresentada pelo Sr. Prof. João Dinis porque eu acho que é importante marcarmos a posição de que queremos ser inseridos no Pólo da Serra da Estrela. Acho bem e na minha perspectiva isso só vai ser possível quando houver uma alteração deste Decreto porque, sem essa alteração, não é possível fazer nada. E eles podem, sim, com a pressão que nós fazemos, com uma posição por unanimidade da Assembleia Municipal – e se calhar não vamos ser os únicos – considerar a possibilidade de alterar o Decreto. E, aí, acho que vai ter que haver muita pressão política. Porque, no estado actual das coisas, sinceramente acho que as posições que aqui possamos tomar manifestam convicções mas não têm qualquer efeito prático.”

Seguiu-se a declaração de voto do Sr. Carlos Mendes:

“A minha declaração de voto a favor desta moção tem a ver, acima de tudo, com a minha posição na Assembleia Municipal do dia vinte e três de

Fevereiro de dois mil e sete. Nessa altura, eu avisei a Câmara de que era necessário fazer qualquer coisa. Eu pedi à Câmara para lutar para que entrássemos no Pólo da Serra da Estrela. E eu vejo que, desde aquela data até hoje, apenas e só houve dois contactos por parte da Câmara com a Secretaria de Estado do Turismo. Portanto, acho que é muito pouco, num ano e meio. Quando se falou aqui que queríamos ficar na Serra da Estrela, lamento que não se tenha feito mais, que não se tenha lutado mais, que não se tenham feito mais reuniões, que não se tenham feito mais cartas ou reclamações junto das devidas tutelas.

Foi por isso que eu votei a favor.

E, já agora, como o Sr. Presidente da Câmara falou numa série de Câmaras para eleger um Sr. qualquer que eu não sei quem é – só o conheço de nome –, só espero que estas Câmaras todas da Região Centro também não estejam, da mesma maneira, a eleger um Sr., que já está escolhido, que até vai ser Presidente da Região Centro e que até é capaz de vir a aparecer noutra sítio qualquer em que é preciso lá ter mais um amigo.”

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis fez a seguinte declaração de voto:

“Votei a favor, até porque fui eu que propus a moção. Eu podia ter tirado o segundo ponto e ter deixado só o primeiro. Mas ambos fazem parte do mesmo processo porque o facto de se votar a adesão hoje não quer dizer que amanhã não se reclame a correcção da injustiça.

Agora, o que ficou aqui expresso hoje é que a maioria desta Assembleia, nomeadamente a bancada do PSD, está de acordo em que Oliveira do Hospital saia do Pólo da Serra da Estrela. Votaram contra a moção e votaram a favor da inclusão no Centro e da não inclusão no Pólo Serra da Estrela. E que, honra lhes seja feita, houve aqui um número significativo de deputados do Partido Socialista que votaram contra uma proposta do seu Governo. E hoje, a maior parte do grupo parlamentar do PS teve muito mais... Aliás, a Câmara Municipal também tem culpa disto, de facto. E cada um vai assumir as suas responsabilidades nesta matéria. É que hoje, aqui, verificou-se que houve deputados do Partido Socialista que estiveram mais identificados com os interesses do nosso concelho do que a larga maioria dos deputados do PSD.”

Por fim, interveio o Sr. Presidente da Câmara:

“Naturalmente que eu não faço declaração de voto porque não votei. Mas não posso ficar calado perante aquilo que ouvi. O Sr. Carlos Mendes fez “ouvidos moucos” daquilo que eu li e que foram declarações públicas do Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Disse que o

Governo, pura e simplesmente, tinha dialogado com a Associação cinco áreas regionais de turismo e, depois, sem ouvir mais a Associação, criou cinco pólos.

Para além disso, os Srs. Deputados do Partido Socialista, que tanta vez aqui nesta Assembleia invocam os amigos que têm no Governo, não exerceram a sua influência? Então, a lei saiu e eles, que tinham tanta possibilidade de exercer a sua influência, não o fizeram e vêm agora para aqui querer atirar “areia para os olhos” e querer depositar no Presidente da Câmara a responsabilidade de uma lei que é do Governo?

Meus caros amigos, isso não aceito! Disse aqui, relativamente a outra questão, que a política deve ser feita com seriedade, com serenidade e sem demagogia. E eu não fiz demagogia.

E, relativamente à questão que ali foi falada, eu não fiz demagogia. Não falei para ninguém nem ninguém me ouviu falar. E, se solicitei a reunião, é porque alguém, precisamente da área do Partido Socialista, que tem a responsabilidade de gerir as questões da saúde aqui, me procurou manifestando-me as suas preocupações relativamente ao funcionamento do S.A.P. em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto V da Ordem do Dia – Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital:

a) Apreciação e votação, nos termos do artigo 4º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital ao Sr. Prof. Doutor José Joaquim Dinis Reis.

b) Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal às seguintes individualidades:

- Sr. Dr. Carlos Alberto Rodrigues Lopes
- Sr. José da Costa Gomes
- Sr. Carlos dos Reis Gomes (a título póstumo).

Sobre este Ponto, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Vinha falar em relação ao Sr. José da Costa Gomes e ao Sr. Carlos dos Reis Gomes, exactamente por serem de Avô e talvez, pelo que me lembro mas posso estar enganado, nunca foram aqui agraciadas pessoas a este nível – não se agarrem à palavra –, ao nível das pessoas do Povo.

Eu acho que hoje em dia, em termos de contexto, nós somos o meio onde somos criados. Nós não podemos escolher o local onde nascemos, nem a família, nem aqueles que nos rodeiam, sobretudo nos primeiros tempos. Mas essas condições de existência marcam-nos para toda a vida e eu tive a sorte de estar diariamente, durante dez anos, com um dos propostos para ser agraciado com a Medalha de Mérito. Como sabem alguns, trabalhei numa oficina de um deles. E tive a sorte de conviver com os dois na Filarmónica de Avô, também durante os mesmos dez anos, entre mil novecentos e sessenta e mil novecentos e setenta.

Portanto, posso atestar os encómios referidos na nota que acompanha a proposta da Câmara. São homens – no caso do “Carlitos” foi, porque já não está connosco – dedicados a causas comuns com prejuízo da própria vida. São homens que viveram valores do trabalho, da determinação, da honestidade e do empenho. São homens do Povo, homens que se tiveram que fazer a si próprios. São homens que se dispuseram a viver pelos outros.

E o exemplo da dedicação de toda uma vida por uma Filarmónica, em prejuízo da sua própria vida. Como sabem, hoje em dia, as pessoas só lá andam meia dúzia de anos. Eu próprio só lá andei dez anos. Mas estes dois nossos agraciados na próxima terça-feira, dia sete de Outubro, prescindiram de outros “voos” em favor desta instituição.

O caso do “Carlitos”, como também se diz na nota, ainda se dispunha a dar injeções a pessoas, a qualquer hora do dia ou da noite, não como hoje que temos horas para tudo, até para ter um médico acessível ou um enfermeiro.

Foram homens que admirei pela sua verticalidade e disponibilidade, como, aliás, hoje ainda podemos admirar o caso do “Zé da Quinta” que, com oitenta e três anos, continua na Filarmónica. Assim como o “Carlitos” que, numa fase já adiantada da sua doença só lamentava não poder continuar a dar o contributo à Filarmónica e às outras instituições.

Por terem sido pessoas que contribuíram para formar dezenas ou centenas de jovens, eu penso que as Medalhas estão bem propostas e bem entregues no dia sete de Outubro.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Prof. Francisco Borges Garcia:

“Como é evidente, congratulo-me e fico satisfeito com a homenagem prestada a todas as pessoas que são alvo dessa mesma homenagem. Mas não posso deixar, muito particularmente, de me referir aqui ao Prof. Doutor José Reis. É um homem vindo, exactamente, do Povo, com o qual se identifica, que atingiu na vida – à custa do seu trabalho, do seu esforço e da sua determinação

– um lugar na cultura portuguesa verdadeiramente impar. Devemos ter um grande orgulho em que homens como o Prof. José Reis enalteçam e coloquem o nosso concelho num patamar de altíssima elevação.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Simões Saraiva:

“Permitam-me aqui mencionar o nome do nosso regente, maestro e compositor Carlos Lopes, o homem que ajudou a fundar o Coral de Sant’Ana, o homem que, com a sua capacidade pedagógica, transformou aquele grupo de homens e de mulheres em indivíduos com muito mais sensibilidade artística, com muito mais capacidade de estarem a captar aquilo que é efectivamente belo e aquilo que lhes traz uma certa calma e uma certa paz, e aos outros que os ouvem cantar.

É porque o Prof. Carlos Lopes é de tal maneira um homem inteligente que, além da sua capacidade de ser um regente espantoso, é notável em composição. De tal modo que, se se lhe dá dois compassos de uma cantiga, ele essa noite não se deita e, às sete da manhã, aparece com as partituras para as quatro vozes, numa harmonização perfeitamente notável.

E é de espantar que, no nosso meio, tão carente de valores culturais, no campo da música haja efectivamente um farol resplandecente que, humildemente, sempre que aparece, esconde-se dos aplausos, não aparece a dizer uma frase e quase que tem vergonha de fazer os agradecimentos.

Portanto, é um homem que, quer como técnico, quer como um indivíduo, quer como cidadão, a todos os títulos nos serve de exemplo e é merecedor desta condecoração.”

Terminadas as intervenções, foi colocado à votação, por escrutínio secreto, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalha de Ouro de Oliveira do Hospital ao Sr. Prof. Doutor José Joaquim Dinis Reis, tendo sido aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

Seguidamente, foi posta à votação, por escrutínio secreto, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalhas de Mérito Municipal ao Sr. Dr. Carlos Alberto Rodrigues Lopes, ao Sr. José da Costa Gomes e ao Sr. Carlos dos Reis Gomes (a título póstumo), tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções.

Depois, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo duas horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente

*Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital*

\_\_\_\_\_ - *Página 63* - \_\_\_\_\_

Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

*(Presidente)* \_\_\_\_\_

*(Primeiro Secretário)* \_\_\_\_\_

*(Segundo Secretário)* \_\_\_\_\_